

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXVII - Nº 387
Brasília-DF • Agosto 2016

O que é feito em nome do clima

Povos indígenas e comunidades tradicionais do Acre reúnem-se para trocar experiências e compreender o que significa "economia verde" e suas relações com a lógica mercantil. Projetos já impactam a região.

ENTREVISTA Fabrina Furtado:
"A economia verde só é possível pelas relações sociais desiguais mas, além disso, ela também as aprofunda"

Páginas 11, 12 e 13

Conselho Nacional de Direitos Humanos sistematiza graves violações aos indígenas e à dignidade na região Sul

Página 7

Páginas 8, 9 e 10

Ruralistas entreguistas: a desnacionalização do território brasileiro

Cleber César Buzatto, Secretário Executivo

O Estado brasileiro está prestes a legalizar o processo de desnacionalização de seu território. Este tema tem sido usado recorrentemente pelos ruralistas no ataque que fazem contra os direitos indígenas consagrados na Constituição Federal. Membros da Frente Parlamentar Agropecuária, a chamada Bancada Ruralista, e alguns pseudo teóricos ultra ideológicos de direita estufam o peito e forçam as cordas vocais para “reverberar”, aos quatro cantos do país, a “interferência estrangeira”, o risco à “soberania” nacional e os interesses dos “Estados Unidos e da Europa” sobre as terras brasileiras que estariam “por trás” da demarcação das terras indígenas.

Diante do poderio econômico e do amplo alcance da ofensiva ideológico-verbal do agronegócio, à primeira vista, muitos podem imaginar que a desnacionalização do território brasileiro seria obra de “ONGs” indigenistas que atuariam com interesses “escusos” e “inconfessáveis” junto aos povos indígenas. Só que não.

Embora não falem, os ruralistas sabem que uma terra indígena quando demarcada, por força da Constituição Brasileira¹ e do Decreto 1775/96², é registrada em nome do Estado brasileiro, como Patrimônio da União, ficando sob os cuidados do próprio Estado a responsabilidade de protegê-las³. Sendo assim, onde poderiam se materializar os interesses “estrangeiros” sobre estas terras?

Não sendo, portanto, as “ONGs indigenistas” e a demarcação das terras indígenas as responsáveis pela desnacionalização do território brasileiro, e se essa possibilidade efetivamente existe, quem são os atores que estão efetivamente atuando nessa direção? Os próprios ruralistas. Vejamos...

Como parte das negociações para o Golpe que conduziu Temer ao governo interino, a bancada ruralista e cerca de 40 associações de envergadura nacional e regional do agronegócio, representantes de produtores de commodities agrícolas destinadas fundamentalmente à exportação, acertaram os ponteiros em torno do documento “Pauta Positiva – Biênio 2016-2017”⁴.

Nesse documento, os ruralistas defendem, explicitamente, a desnacionalização do território brasileiro. O tema é abordado

no bloco “direito de propriedade e segurança jurídica”. Dentre os instrumentos “legais” defendidos pelos representantes do agronegócio para esta finalidade está o Projeto de Lei 4059/12, cujo principal objetivo, por eles mesmo formulado, centra-se na possibilidade de aquisições de imóveis rurais por empresas com maioria de capital estrangeiro, o que é atualmente vedado pelo parecer da Advocacia Geral da União (AGU), número 01 de 2010.

Como está evidente, o que realmente interessa aos ruralistas é “parecer” nacionalistas e usar o argumento do risco à desnacionalização do território brasileiro de modo sofista em defesa dos interesses de apropriação privada, inclusive das terras indígenas, seja por eles próprios, seja por representantes do capital internacional.

Os fatos do presidente interino ter marcado presença e afirmado, na abertura da 3ª Edição do Global Agribusiness Forum (GAF), no dia 4 de julho, em São Paulo, que “devo minha posição de presidente à agricultura do Brasil”⁵ e de ter confirmado presença no “cardápio” do agronegócio, no almoço do dia 12 daquele mesmo mês⁶, na mansão ruralista, localizada na rica região do Lago Sul da capital federal, em que também será servido o tema da “renegociação” das dívidas dos latifundiários com os cofres públicos brasileiros⁷, demonstram a gravidade da situação e a estreita vinculação do golpismo entreguista de outros ativos públicos, com o entreguismo no campo.

Frente a isso tudo, os povos originários e as organizações aliadas certamente manterão a resistência, a luta e a esperança na defesa dos reais interesses da sociedade e do Estado brasileiro.

1 Constituição Brasileira, Artigo 20, Inciso XI.

2 Decreto 1775/96, Artigo 6º.

3 Constituição Brasileira, Artigo 231.

4 <http://www.fpagropecuaria.org.br/wp-content/uploads/2016/04/DOC-Pauta-Positiva-FPA.pdf>

5 <http://www.fpagropecuaria.org.br/noticias/devo-a-minha-posicao-de-presidente-a-agricultura-brasileira-diz-michel-temer#.V4TUoPkrLIU>

6 <https://www2.planalto.gov.br/presidente-em-exercicio/agenda/agenda-do-presidente-interino-michel-temer/2016-07-12?month:int=7&year:int=2016>

7 <http://www.fpagropecuaria.org.br/noticias/cardapio-reuniao-almoço-da-fpa-debaterá-renegociação-de-dividas-dos-produtores#.V4TsJvkrLIU>

Porantinas

Nova articulação contra os povos

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) afirmou em nota pública que há indícios de que o assassinato do jovem Clodiody Aquileu Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul não foi um fato isolado. A partir das três missões realizadas no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, o CNDH afirma que a ação violenta realizada no MS “decorre de nova fase de articulação de segmentos contrários aos direitos originários dos povos indígenas no Brasil e que contam com o apoio de autoridades públicas e atenção midiática para disseminar insegurança jurídica sobre os processos administrativos de regularização fundiária de terras indígenas”.

ONU condena ataques paramilitares

A relatora especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, condenou os ataques contra a comunidade indígena Guarani e Kaiowá no Brasil. A especialista instou as autoridades federais e estaduais a adotar ações urgentes para prevenir mais assassinatos, bem como investigar e responsabilizar os perpetradores dos ataques, em retaliação contra a comunidade indígena que busca o reconhecimento de suas terras ancestrais. “Essas são mortes anunciadas... A busca por interesses econômicos de tal modo que subordinem ainda mais os direitos dos povos indígenas cria um risco potencial de efeitos etnocidas que não pode ser considerado nem subestimado”, ressaltou ela.

Nova ação na PGR contra Heinze

Organizações indígenas do Nordeste ofereceram duas representações criminais contra o deputado federal Luiz Carlos Heinze (PP/RS) ao procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. Em maio, o parlamentar não teve pudor em saudar a Associação de Pequenos Agricultores de Ilhéus, Una e Buerarema (Aspaiub), da Bahia, com declarações discriminatórias e contrárias às determinações constitucionais – como é o caso das demarcações de terras indígenas. O parlamentar afirmou que trabalha para “desmontar a farsa da questão indígena”, realizando “gestões” junto ao Ministério da Justiça para “desmanchar decretos e portarias”, incluindo mudanças na direção da Funai.



O último sonho de Verá Mirim

José Ribamar Bessa Freire, Colaborador

*“Uma vida não basta ser vivida.
Ela precisa ser sonhada”*

Mário Quintana

O Brasil, o Rio de Janeiro e os índios perderam um sábio sonhador. No dia 17 de julho, o cacique Verá Mirim, de 103 anos, fechou os olhos e dormiu o seu último sono. Desta vez, sem sonhos. Durante dois dias, seu corpo foi velado na *Opy* - a Casa de Reza - na aldeia Sapukai, em Angra dos Reis (RJ). Vindos de muitas aldeias, inclusive de São Paulo e Espírito Santo, os Guarani se despediram com cantos sagrados entoados ao som de *ravé* (violino), *mbaraká* (violão), *mbaraká mirim* (chocalho), no ritual fúnebre do último adeus.

Conhecido pelos *jurua* não indígenas como João da Silva, este sonhador e *tamoi mboerya* nasceu na então Reserva de Serrinha, Guarita (RS), em 25 de janeiro de 1913, e aí passou a juventude. Sonhou muitas vezes com uma terra promissora. Em busca dela, mudou para a Aldeia Limeira (SC), onde residiu até 1982. Daí buscou a Ilha da Cotinga, em Paranaguá (PR), que o abrigou por mais alguns anos. Finalmente, em 1987 encontrou o que buscava em Bracuí, na Serra da Bocaina (RJ), seguindo indicações bem precisas do sonho recorrente que tinha desde jovem.

No sonho, ele via a mata, andava por ela, via rios, cachoeira, montanhas. Sonhava que nesse lugar as crianças cresceriam com saúde e alegria, pois era um lugar de *kyringué nheovangáa*, lugar de criança brincar, onde tinha papagaio, tamanduá, porco do mato, catitu, algumas espécies de abelhas sem ferrão, água boa, *yy porã*, nascente. Ele contou a seu filho Algemiro da Silva:

“Foi no sonho tantas vezes sonhado que *Nhanderu Eté* me mostrou *Tekoa Sapukai*. Quando eu estava chegando no Bracuí, na primeira vez que entrei onde hoje é a aldeia, vi que ali era o lugar do meu sonho, eu encontrei *jateí*. No sonho eu vi o mar e *ka'aguy mirim*, mas precisava provar que realmente aqui existia”.

Aldeia Sapukai

Foi ali, nas alturas da serra da Bocaina, que Verá Mirim instalou sua comunidade, num bom lugar para produzir o *Nhandereko*, lugar de viver bem física e espiritualmente e de sonhar. O caminho seguido permitiu-lhe reforçar aquilo que os Guarani sabem muito bem, que os sonhos, como parte das tradições, trazem revelações - *omoexakã*, guiam cada passo importante no processo de construção do *tekoha*, dos lugares onde vivem, relacionando a terra, *yvy*, com a cosmologia,

Conheci Verá Mirim numa visita à aldeia Sapukai, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente - a Rio 92. Ele cultivava os sonhos como uma das fontes de sua sabedoria, como quem cultivava uma roça de *avaxí*, o milho sagrado. Era ele quem sonhava os nomes das crianças de seu *tekoha* e de aldeias de outros estados. Batizava as crianças, o mel, as sementes do milho, do amendoim, a erva mate, antes de plantá-las para a colheita ser farta, assim como as plantas medicinais que conhecia como ninguém.

Ele falou que os Guarani sonham quando as mulheres vão ficar grávidas. Se é menina, sonham com passarinhos - *parakau*, *apycaxu*, *guyrá ita pú*, *maritaca*, *maino'ĩ*. No caso de menino, com porco do mato. Os sonhos, três vezes, foram com passarinhos. O cacique sonhador teve nove filhos, seis homens e três mulheres: Alexandre, Aldo, Algemiro, Ernesto, Sebastião, Valdir, Genira, Marta e Nádia, que lhe deram mais de 50 netos e cerca de 100 bisnetos, entre as crianças batizadas.

“Mas para você ser um bom sonhador, é preciso viver de acordo com *teko ete'í* - tem que rezar bastante, participar de todas as cerimônias de batismo, tem que ir à *Opy*, se dedicar o máximo possível - contou o cacique ao seu filho Algemiro, que escutou e anotou para sua monografia de conclusão do curso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Na defesa, Verá Mirim foi homenageado como uma das três fontes orais usadas na pesquisa. Foi a última vez que nos vimos.

Andanças

“Verá Mirim me ensinou quase tudo que sei. Desde a infância meu pai me transmite seus conselhos, opiniões, conhecimentos, que são muito importantes na minha vida. Através deles pude construir essa pesquisa, valorizando *Nhembojera reko*, *Mbya kuery ayvu*, nossa língua, *orerekó* - escreveu Algemiro na monografia que destaca a importância dos sonhos no processo de construção do *tekoha*, o lugar da aldeia.

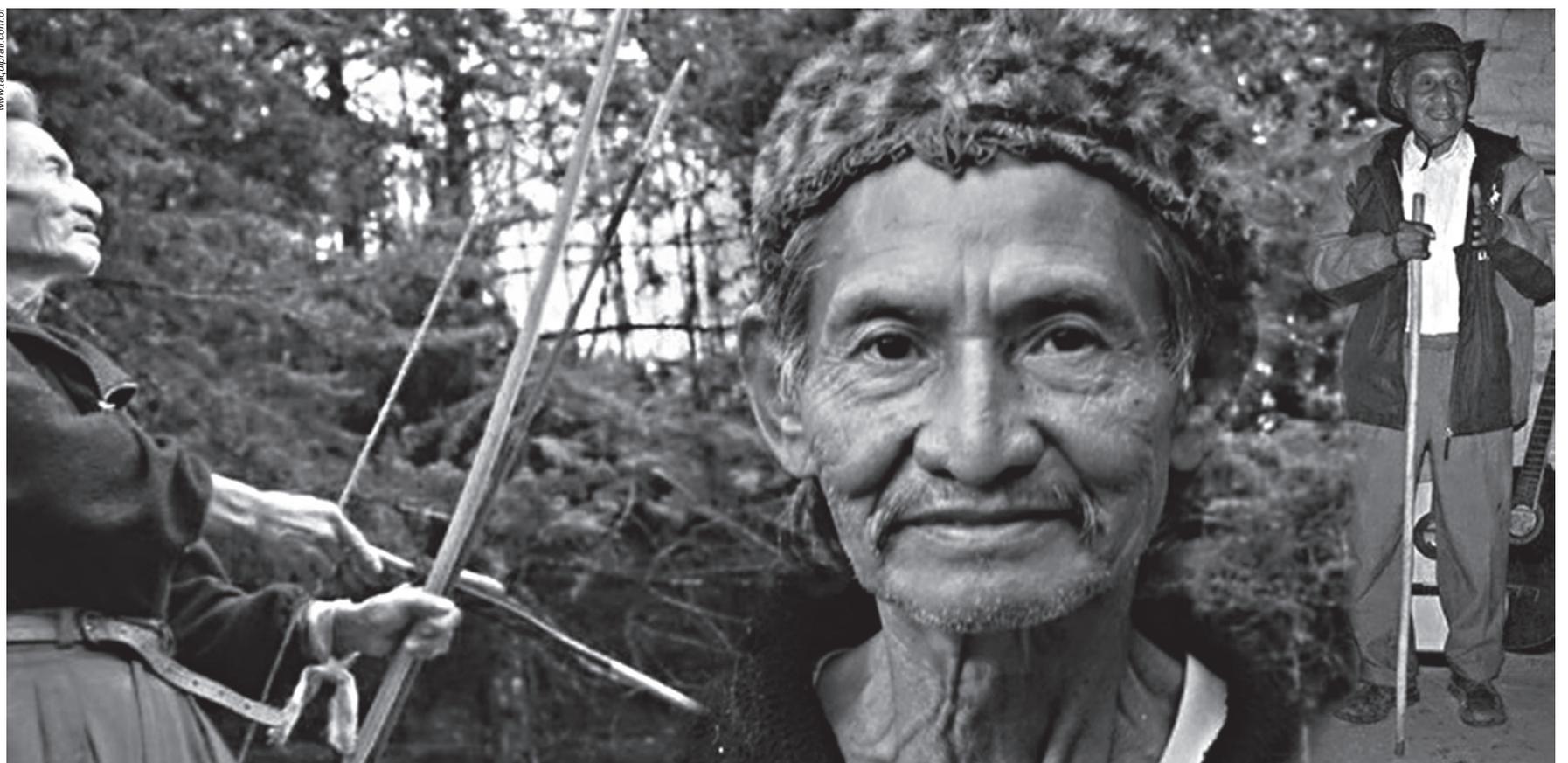
O cacique era um líder importante da comunidade Guarani, que sabia escutar, que falava para dentro da aldeia, mas também para fora, dialogando com as instâncias políticas e culturais da sociedade brasileira. Foi assim que ele negociou no segundo governo Leonel Brizola, no início dos anos 1990, com a ajuda de Darcy Ribeiro, que era senador, o decreto de homologação do *tekoha* Sapukai, obtido em 3 de julho de 1995. Foi assim que ele deu sempre todo apoio ao Museu do Índio, que realizou exposições com a curadoria Guarani com o objetivo de combater o preconceito.

Suas andanças foram sempre guiadas através de sonhos por *Nhanderu eté*, que previu inclusive a viagem até a definitiva morada. Em janeiro, no último *Nhemongarai* - a cerimônia de batismo - ele avisou os filhos, um por um, que estava partindo, que não viveria mais. Sabia que ia morrer agora. Em conversa com a sua filha parteira, Ara, exortou-a a guardar na memória os saberes tradicionais Guarani.

No caixão, ao fundo da Casa de Reza, à meia luz, um único crisântemo ao lado do rosto. Depois de passar mais de um século sonhando, o cacique João da Silva, o *karai* Verá Mirim, foi embora com *Nhanderu* como se estivesse dormindo, agora num sono sem sonhos. “Ele cumpriu sua missão”, disse Lucas Benites. ♦

P.S. Agradeço as informações de Sandra Benites e Ana Paula da Silva que foram à Aldeia Sapukai se despedir do cacique João da Silva, bem como a interlocução com Valéria Luz da Silva e Algemiro da Silva.

Este texto foi publicado originalmente no sítio eletrônico *Taquí Pra Ti* no dia 24 de julho de 2016: <http://www.taquiprati.com.br/cronica/1296-o-ultimo-sonho-de-vera-mirim-versao-en-espa>



O visionário Verá Mirim cultivava seus sonhos como quem cultivava uma roça e encontrou seu *Nhandereko*, lugar de viver bem física e espiritualmente e de sonhar

Profetas do Reino

A Romaria dos Mártires de 2016 celebrou os 40 anos da Prelazia de São Félix, assim como o martírio dos padres João Bosco Burnier e Rodolfo Lunkenbein e do indígena Simão Bororo; a presença de Dom Pedro Casaldáliga coroou a celebração de modo bastante especial

Egon Heck, do Secretariado Nacional

- Pedro...
- Presente!!!

Na celebração da Romaria dos Mártires de 2011, Dom Pedro iniciou a celebração dizendo “para mim, possivelmente, seja esta a última romaria pé no chão. Na outra já estarei contando estrelas no seio do Pai”.

No final daquele dia 16 de julho de 2016, um pequeno avião pousou em Ribeirão Cascalheira, no Mato Grosso. Nele estava Pedro. Veio para sentir e abençoar com sua presença mais uma romaria. “Será esta a última em que me faço presente?”, pensou Pedro, já sem poder dizê-lo com sua voz e tom proféticos. Com a cabeça inclinada, em uma cadeira de rodas, sentindo-se entre o céu e a terra, e em harmonia com a multidão em Romaria.

Nos colocamos, todos, em sintonia com Dom Pedro, com o Pai, com os mártires, com o universo.

Lindo momento de fé e esperança libertadora.

Razões para alegria e esperança

Celebrar os mártires poderia se configurar como um cenário de tristeza pela perda de tantas vidas engajadas na luta de transformação. Porém, o que foi sentido, partilhado e celebrado foi a alegria de nos irmarmos com os que deram sua própria existência nesta Terra pela vida e construção do Reino e de fortalecermos nossa fé e união na grande família dos mártires e da Igreja comprometida com os pobres e os excluídos.

Ao celebrar os 40 anos da Prelazia de São Félix do Araguaia, o fizemos na certeza de estarmos comemorando uma das experiências de compromisso mais radical contra toda injustiça, violência e opressão na Ameríndia. Nesse contexto emerge uma das figuras mais emblemáticas da Igreja da Libertação, profética e transformadora, Dom Pedro Casaldáliga. Poeta, de profunda fé e santidade, amante e lutador das causas perdidas: “Somos soldados derrotados de uma causa invencível” e de uma esperança inabalável. É o Pedro testemunho que, apesar de sua frágil saúde, esteve entre os romeiros celebrando esse belo momento de vida e luta que a Prelazia de São Félix propicia ao Brasil e ao mundo a cada cinco anos.

Mártires da causa indígena

Para o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), essa Romaria teve uma motivação muito especial: a celebração da memória dos 40 anos do martírio dos padres João Bosco Burnier e Rodolfo Lunkenbein e do indígena Simão Bororo. Estes primeiros mártires a tombar na defesa da causa e dos direitos dos povos indígenas são o selo da profunda mudança na presença missionária da igreja católica junto aos povos indígenas. Como expressou Dom Pedro, através dessas quatro letrinhas – CIMI –, em solidariedade e compromisso com os direitos e a vida dos povos indígenas, os poderosos, a ditadura militar e os seculares espoliadores e exterminadores dos povos nativos passaram a ser defrontados.

Quando as balas assassinas mancharam com o sangue de Rodolfo e de Simão Bororo a areia da aldeia de

Meruri, no Mato Grosso, brotava do chão a semente da nova aliança dos missionários com as seculares vítimas da invasão. E fomos, enquanto direção da entidade e aliados, celebrar a memória desses 40 anos dos nossos primeiros mártires em Ribeirão Cascalheira, local em que João Bosco Burnier foi assassinado.

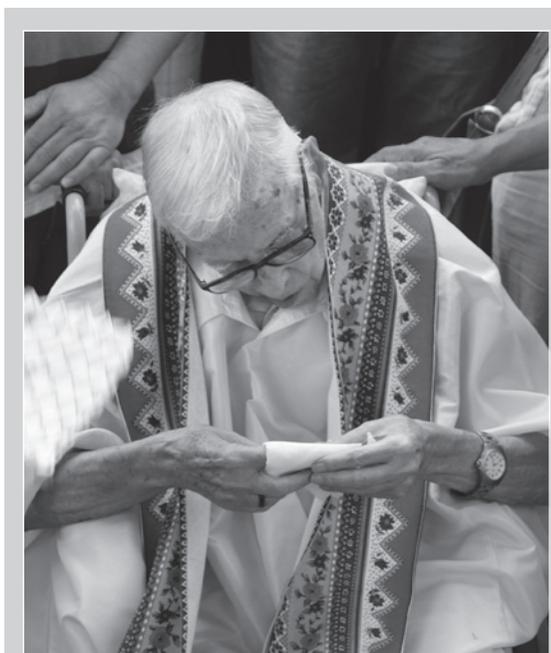
Também celebramos a memória dos 260 anos de assassinato de Sepé Tiaraju Guarani, referência da resistência indígena que, nas coxilhas do atual Rio Grande Sul, bradou “Esta terra tem dono!”. Sepé tombou sob as balas dos exércitos da Espanha e de Portugal, com outros 1.500 Guarani, massacrados naquela ocasião.

Viajando nas canções

Apesar da longa distância da viagem, mais de mil quilômetros de Brasília, numa van lotada, o tempo passou sem o peso das 15 horas. Tínhamos um bom trunfo para vencer as distâncias e o tempo: a presença de Zé Vicente, cantador, compositor e animador da esperança e fé. Ele nos fez viajar nas asas da resistência e de uma igreja em libertação. Foi admirável ouvir dele o contexto, a origem e motivação de cada canção.

Fomos entrando no espírito da Romaria desde o clarear do dia, desde a saída da van. Relembrando em cada melodia a caminhada da igreja-povo, rumo ao Reino, preparado aos guerreiros e lutadores. Fomos desfilando as dores, o sofrimento e a crença inabalável de que estamos ajudando a construir esse novo Brasil, a partir dos oprimidos, dos povos indígenas.

Em Ribeirão Cascalheira, Zé Vicente se juntou a uma dezena de outros cantadores populares e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) para animar os corações na memória dos nossos Mártires, Profetas do Reino, da denúncia e do anúncio. Foram belas celebrações da resistência, da caminhada promissora de uma igreja povo de Deus, regando com seu sangue o chão desse país.



“Que o sangue e a memória dos mártires não nos deixem em paz”

Dom Pedro Casaldáliga



Juntos, em Ribeirão Cascalheira (MT), cerca de cinco mil romeiros proclamaram

A VI Romaria dos Mártires da Caminhada 2016

Esta grande festa Pascal é um acontecimento de toda a Igreja de São Félix do Araguaia e de todas as Igrejas que querem manter viva a memória daqueles e daquelas que deram e vem dando suas vidas pelas Causas do Reino: causa da casa, da terra e dos direitos humanos; causa dos povos indígenas, quilombolas, camponeses/as, das juventudes, crianças, dos adolescentes, das mulheres, da população em situação de rua. Segundo Santo Agostinho, “a causa é que faz o mártir”. E os mártires, pelas causas, pelo Evangelho, deram a vida, a Prova maior. “Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelos que ama” (João 15,12-13).

O tema desta Romaria foi “Profetas do Reino”, dando à profecia as três funções que a caracterizam: Anúncio, Denúncia e Consolo.

A profecia anuncia a Boa Nova: ela é evangelizadora por definição. A profecia denuncia o anti-reino: denuncia a má notícia de todos os sistemas e das atitudes de morte. A profecia consola: É o pedido do próprio Deus, “consola o meu povo”. Opta pelos pobres, excluídos, marginalizados. A profecia que consola é misericordiosa, solidária, cuidadora, luta pela justiça e pela paz, é amorosa.

O caminho é caminhar e lutar para o mundo transformar

A noite foi chegando com a dança dos estandartes dos mártires e o clarão suave do luar do sertão. Melodias conectando os corações no fogo da memória dos mártires da caminhada. Chega Pedro, chega Maria, chega a multidão de lutadores e guerreiros, com a suave brisa da utopia. Um sobrinho do padre Rodolfo Lunkenbein e diversos Bororo estiveram na Romaria e carregaram estandartes dos que tombaram na luta pela Terra e pela Vida, em Meruri, em julho de 1976.

Com os corações incendiados pelos desmandos, pela corrupção e pela opressão, foram inevitáveis os gritos incontidos de “Fora Temer”. Em sintonia profunda com



assumir a continuidade da Romária dos Mártires; chamou atenção a grande participação da juventude

Nota de Repúdio e Moção de Solidariedade

Nós, participantes da 6ª Romaria dos Mártires, vindos de todas as regiões do Brasil e de três continentes, a Ribeirão Cascalheira (MT), queremos denunciar o genocídio contra os índios Guarani e Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul, proporcionado pelos jagunços do agronegócio, acobertados pelas autoridades estaduais e federais.

O mais grave é que isso acontece na total impunidade, estimulando uma verdadeira guerra contra esse povo.

Exigimos a punição dos responsáveis por esse extermínio e a demarcação imediata de suas terras.

Ribeirão Cascalheira,
Mato Grosso, 17 de julho de 2016



Indígenas de diferentes povos relataram as contínuas violações de direitos a que estão submetidos

os profetas e as profetizas, a multidão marchou ao som de hinos de libertação, transformação, luta, fé e união.

Muito canto e muita esperança na esquina de cada abraço, de emocionados reencontros, de históricos e novos lutadores. Nas pegadas de João Bosco e de Dom Pedro, os passos da vida e dos profetas dão o compasso da semente lançada ao chão e do "Fica Pedro" no coração, que se expandem ao infinito do novo dia de luta.

A presença de cerca de vinte indígenas fez com que essa luta e causa se destacasse em todo o processo da Romaria. Seus fortes depoimentos explicitaram as violências e ameaças a que eles e seus direitos estão submetidos. A gravíssima realidade dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul foi o que mais impactou os parti-

cipantes. Os assassinatos de lideranças Kaiowá e Guarani são frequentes e o desespero dos jovens desencadeia um processo de suicídios, tão acentuado que chega a ser um dos maiores índices em todo o mundo.

Diante desse quadro de extrema gravidade os participantes da Romaria aprovaram uma Nota de Repúdio e Moção de Solidariedade (*leia boxe acima*).

Na noite do dia 16 de julho, na bela celebração da memória dos mártires, coube aos povos nativos acender a fogueira e, posteriormente, o círio, de cujas chamas se acenderiam as velas que iluminaram a procissão/caminhada, por 4 quilômetros, até o Santuário dos Mártires. Nesse momento, Leila Guarani Nhandeva, da Terra Indígena Yvy Katu, fez contundentes denúncias sobre a situação

de violência e genocídio a que está submetido seu povo. Ela também fez um dramático apelo por solidariedade e apoio aos presentes na caminhada.

Os quase cinco mil romeiros, participantes das celebrações da vida e da esperança, ouviram outros Guarani e Kaiowá narrarem o rosário de violências que enfrentam na incansável luta por seus direitos e por suas terras tradicionais (*tekoha*). Pedro Guarani e Kaiowá mostrou onde penetrou uma bala que ainda se encontra alojada perto de seu coração. Foi feito um minuto de silêncio em homenagem aos que tombaram, aos que se tornaram sementes do futuro.

Indígenas de outros povos também fizeram emocionantes depoimentos sobre o Cerrado, alertando sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) Matopiba, que causará severos impactos nas terras, na água, na biodiversidade e em centenas de povos e comunidades tradicionais de uma extensa região. A intensa utilização de agrotóxicos pelo agronegócio e os perigos dos alimentos transgênicos também foram debatidos. Diversas populações tradicionais e camponeses relataram as constantes violações de direitos a que estão sendo submetidos constantemente.

Celebrações da vida e da esperança

Três fortes momentos se destacaram no conjunto celebrativo: o ritual da abertura, seguido da caminhada até o Memorial dos Mártires e, no dia seguinte, a celebração eucarística no Memorial. Todos eles foram embalados por cantorias, teatros e rituais.

Lindas coreografias feitas por jovens e crianças, ao redor da fogueira, destacavam expressões de Dom Pedro na caminhada profética da igreja de São Félix e latino-americana: "Somos povos da Páscoa, da Esperança"; "Peço a vocês que não esqueçam os pobres"; e "Não podemos viver sem dignidade e liberdade".

Foi impressionante a quantidade e a disposição dos jovens participantes. Com o testemunho incansável dos mais idosos, juntos, todos proclamaram assumir em conjunto a continuidade da Romaria dos Mártires da Caminhada. ♦

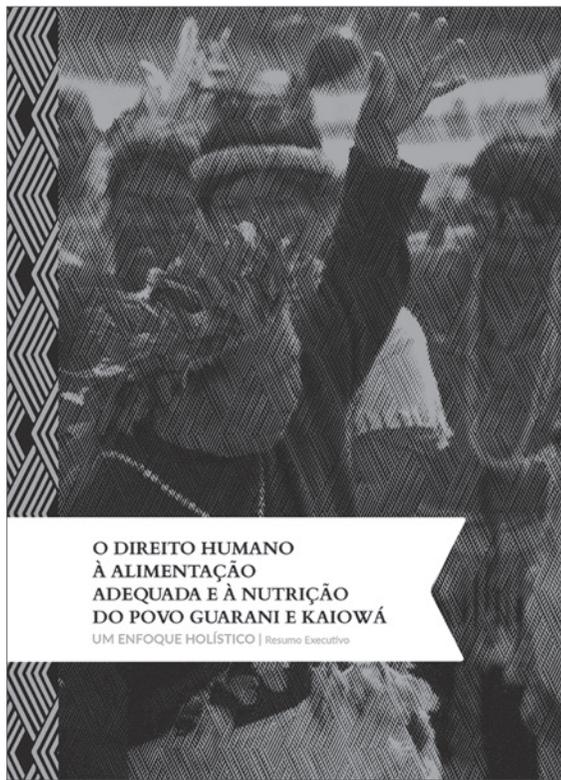
Guarani e Kaiowá: alto grau de insegurança alimentar e nutricional

Fian Brasil, em parceria com o Cimi, lança relatório com dados alarmantes sobre o direito à alimentação em três *tekoha* no Mato Grosso do Sul

No dia 16 de agosto foi lançado o relatório “O Direito Humano à Alimentação Adequada e à Nutrição do povo Guarani e Kaiowá – um enfoque holístico”, produzido pela Fian Brasil em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O documento, divulgado em evento na Faculdade de Ciências da Saúde, da UnB, em Brasília, analisa as violações de direitos e as causas da extrema situação de insegurança alimentar e nutricional entre os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

O relatório apresenta dados avassaladores: entre as três comunidades indígenas pesquisadas – os *tekoha* Ypo’i, Kurusu Ambá e Guaiviry – a situação de insegurança alimentar é de 100%. Ou seja, todas as famílias Guarani e Kaiowá destas comunidades sofrem com algum grau de insegurança alimentar, índice que analisa o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas por comunidades e grupos sociais. Para entender a particularidade e a gravidade da situação, cabe a comparação com o mesmo índice no Brasil: na totalidade do território brasileiro, a insegurança alimentar é de 22,6%.

O estudo verificou também que 42% das crianças menores de cinco anos sofriam de desnutrição crônica, apresentando baixa estatura para a idade. O mesmo índice, se consideradas as crianças indígenas de todo o Brasil, é de 26%; e, se consideradas as crianças não indí-



genas, o índice, ainda grave, cai para 6,8% - um número seis vezes menor do que entre as comunidades Guarani e Kaiowá pesquisadas.

A desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos, que apresentam baixo peso para sua idade, é também alarmante entre os Guarani e Kaiowá. Ela atinge 9,1% das crianças pesquisadas e chega a ser cinco vezes

maior do que entre as crianças não indígenas, entre as quais este índice é de 1,8%.

Sem terra, a fome

As três comunidades abrangidas pela pesquisa são retomadas – terras recuperadas recentemente no processo de luta dos Guarani e Kaiowá pela demarcação de seus territórios tradicionais. Confinados entre muitas pessoas em pequenas reservas, impossibilitados de vivenciar seu modo de vida tradicional e cansados da demora do Estado brasileiro para demarcar seus territórios, os indígenas partem para a retomada de partes de suas terras tradicionais, dominadas por grandes fazendas produtoras de soja, cana de açúcar ou gado para exportação.

“O direito humano à alimentação e à nutrição adequadas se realiza quando se consegue superar todos os obstáculos que existem para você conseguir o alimento, e isso é um processo bem longo. Identificamos duas causas estruturantes que acabam impactando no direito humano à alimentação adequada. Uma é o direito ao território e tudo que decorre da falta de acesso a ele, e uma outra é a questão da identidade cultural dos povos indígenas. Se estes povos estivessem em seus territórios plantando soja, eles não sofreriam as violações que sofrem, porque eles querem o seu território para utilizar de acordo com sua identidade. Ser índio hoje, e ser índio no Mato Grosso do Sul, é um fator determinante para as violações de direitos”, afirma a secretária geral da Fian Brasil, Valéria Burity.

A falta de ação do Estado

Além da questão da demarcação dos territórios tradicionais, o estudo apontou outras violações do Estado brasileiro. Entre elas, estão a falta de proteção contra os ataques paramilitares, contra o desmatamento e o uso de agrotóxicos nas terras indígenas já identificadas ou em processo de identificação e contra a discriminação que os indígenas sofrem. ♦

O relatório pode ser acessado em: http://www.cimi.org.br/pub/Relatorio_direito-alimentacao-Guarani-Kaiowa.pdf

Cosmovisão Tapirapé em Quadrinhos

Professores utilizam a linguagem das HQ para expressar as narrativas orais ancestrais transmitidas de geração em geração

Leda Bosi, Documentalista

O livro em quadrinhos *Marageta'ieyjete – Histórias Divertidas* foi produzido, escrito e ilustrado pelos professores Apyãwa/Tapirapé durante o desenvolvimento dos projetos “Formação Continuada de Professores Tapirapé: produção de saberes, práticas e material de apoio didático-pedagógico no contexto da escola” e “A Educação Escolar do Povo Apyãwa/Tapirapé – investigação e registro de um processo”, ambos da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat).

Durante as oficinas de Histórias em Quadrinhos (HQ), realizadas no segundo semestre de 2015 e no primeiro semestre de 2016, os participantes elaboraram as estórias, definiram um roteiro e depois desenharam e escreveram os diálogos entre os personagens. A linguagem das histórias em quadrinhos vem ao encontro de uma rica tradição cultural expressa nas narrativas orais ancestrais transmitidas de geração em geração. Com exceção de uma apresentação em português, a publicação é inteiramente na língua Apyãwa.

O livro contém excertos de mitos, relatos de fatos reais, como a de um homem que conseguiu se salvar de um ataque de onça, histórias criadas pelos autores e, ainda, fatos cotidianos, como a confecção de adornos corporais, a coleta de frutas macaúba e a pescaria com timbó.



Na cosmovisão dos Tapirapé, e de muitos povos indígenas, todos os seres vivos estão interconectados. Assim, há muitos animais como personagens, como na história em que o personagem humano fala com a galinha d'água e dá a ela os peixes pescados. A primeira história mostra a relação de um pajé com as plantas, com as quais ele conversa a fim de obter remédio para uma criança doente. A quarta capa do livro ilustra essa concepção de mundo. São animais-gente.

Conforme os organizadores, o entusiasmo, a participação e a criatividade dos professores durante as

oficinas demonstram possibilidades das HQ para o trabalho em escolas indígenas, tanto em língua indígena como na língua portuguesa. “Mais que um trabalho de cunho didático, o livro apresenta a refinada arte do desenho dominada pelos professores Apyãwa”, afirma o texto da apresentação.

As ilustrações merecem um olhar à parte, tal a delicadeza do traço com que nos contam as histórias. A forma como as historinhas são apresentadas desperta o prazer da leitura em crianças e adultos, valorizando e fazendo circular a *Xanexe'ega*, a língua indígena do povo Apyãwa, na modalidade escrita.

Os projetos de formação foram coordenados pelo professor Adailton Alves da Silva, com a participação dos (das) professores (as) Lucimar Luisa Ferreira, que coordenou as Oficinas de Histórias em Quadrinhos, João Severino Filho, Eunice Dias de Paula e Luiz Gouvêa de Paula, sendo que os dois últimos são missionários do Cimi e trabalharam na criação e no desenvolvimento da primeira escola dos Apyãwa (Tapirapé). ♦

Marageta'ieyjete
 Adailton Alves da Silva, Lucimar Luisa Ferreira; Luiz Gouvêa de Paula; Eunice Dias de Paula (organizadores) Tangará da Serra (MT): Ideias, 2016, 48 p.

Região Sul: confinamento e segregação racial

Relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos evidencia graves violações territoriais e à dignidade da pessoa humana nos três estados

Assessorias de Comunicação do Cimi e da Plataforma Dhesca

Em uma escola no Rio Grande do Sul, crianças indígenas são incentivadas a escrever redações sobre a origem de sua aldeia e as histórias de suas famílias. Semanas depois, as redações são utilizadas – sem que crianças ou pais soubessem – em uma audiência pública em outro município, como “provas” de que sua terra não seria tradicional. Em outro município, duas gestantes indígenas buscam assistência hospitalar para realizar o parto, não são atendidas e acabam perdendo seus bebês.

Ambas as situações descritas acima – a primeira, na Terra Indígena (TI) Kandoia, do povo Kaingang, no município de Faxinalzinho (RS), e a segunda, na TI Re Kuju (Campo do Meio), território Kaingang no município de Gentil (RS) – são apenas dois exemplos das situações de violência e discriminação que foram relatadas pelo Grupo de Trabalho (GT) sobre os direitos dos povos indígenas da região Sul do Brasil, instituído pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

O relatório, que sistematiza os relatos sobre as diversas violações verificadas e registradas pelo GT nas diligências realizadas entre os meses de março e junho de 2016, foi lançado no dia 24 de agosto, em Brasília.

No Rio Grande do Sul, o GT visitou as terras Kaingang de Re Kuju, de Rio dos Índios (município de Vicente Dutra), de Kandoia (em Faxinalzinho) e a TI Iraí (município de Iraí).

Em Santa Catarina, o GT reuniu-se com lideranças Guarani Mbya, Kaingang e Laklãnõ (Xokleng) e visitou a TI Morro dos Cavalos, do povo Guarani Mbya, no município de Palhoça, e a TI Aldeia Kondá, em Chapecó.

E no Paraná, última das três missões do GT, reuniões com lideranças foram realizadas nas aldeias Ocoy, Guáira e Terra Roxa, terras Guarani Mbya nos municípios de São Miguel do Iguçu e Guáira, e na TI Boa Vista, do povo Kaingang, em Laranjeiras do Sul.

Confinamento territorial

O relatório centrou-se em dois aspectos centrais: as violações de direitos territoriais e as violações da dignidade da pessoa humana, que incluem casos de segregação étnica, discriminação racial e exclusão social.

O documento afirma que as similaridades nas violações contra os povos indígenas nos três estados sugerem “um caráter padronizado assumido pelas formas de agressão, criminalização, negligência e negação de direitos dos povos indígenas, com a participação direta e indireta de autoridades locais e agentes públicos”. A violação do acesso destes povos a seus direitos territoriais é destacada como a causa principal da situação de vulnerabilidade vivenciada pelos indígenas nos três estados.

As terras indígenas já regularizadas na região Sul do país, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), correspondem a apenas 0,1% da extensão territorial dos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Atualmente, dos pelo menos 78,7 mil indígenas que vivem nesses três estados, pouco mais da metade – 39,4 mil – residem em terras indígenas regularizadas, segundo dados do IBGE citados no estudo.

Há 21 terras indígenas em processo de regularização na região, que perfazem 88.712 hectares – somam, assim, outros 0,15% do território dos três estados. O relatório também aponta a existência de pelo menos outras 21 retomadas ou acampamentos no Rio Grande do

“As terras indígenas já regularizadas na região Sul do país, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), correspondem a apenas 0,1% da extensão territorial dos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”



A violação do acesso dos povos a seus direitos territoriais é destacada como a causa principal da situação de vulnerabilidade vivenciada

Sul e 14 no Paraná, terras reivindicadas como tradicionais pelos indígenas, mas ainda sem providências por parte do poder público.

Apesar da baixa demanda territorial, os processos de regularização fundiária na região encontram-se, assim como no resto do país, estagnados: desde 2003, nenhuma demarcação de terra indígena é concluída no Sul do Brasil.

Muitas das comunidades indígenas da região encontram-se impedidas de produzir alimentos para sua subsistência, em função da pouca disposição de terras. Na aldeia Ocoy, em Santa Catarina, por exemplo, cerca de 800 indígenas sobrevivem em apenas 230 hectares, espremidos entre fazendas de monocultura e um lago formado pelo barramento da Hidrelétrica de Itaipu. Na TI Iraí, no Rio Grande do Sul, 350 pessoas vivem em 279 hectares; na TI Rio dos Índios, no mesmo estado, 46 famílias indígenas vivem em apenas 2 dos 715 hectares já declarados pelo Ministério da Justiça como de ocupação tradicional do povo Kaingang.

Segregação e racismo

Em 2013, obteve grande repercussão o discurso proferido pelos deputados federais Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS) numa audiência com produtores rurais no município de Vicente Dutra (RS), no qual o primeiro desqualificava indígenas, quilombolas, gays e lésbicas como aquilo que “não presta” e o segundo incitava os agricultores a agirem de forma violenta contra os povos e as comunidades indígenas.

O relatório evidenciou que situações e discurso como estes são mais do que comuns na região e que, inclusive, diligências da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a Funai e o Incra – em visitas que foram feitas sem aviso prévio às comunidades indígenas – serviram de plataforma para criminalizar e intimidar comunidades indígenas na região. O relatório destaca o “envolvimento indevido e irregular” de “agentes da Polícia Federal, do procurador do estado e de parlamentares membros da CPI Funai/Incra na questão fundiária envolvendo povos indígenas no RS”.

Tais discursos e incitações, aliados a

situação de confinamento e estagnação das demarcações de terras, favorecem os conflitos com colonos, agricultores e fazendeiros, acentuam as práticas de discriminação e segregação e geram consequências drásticas.

Em muitos municípios, o GT identificou que, em decorrência desta situação, indígenas são discriminados e até expulsos das cidades, inviabilizando a venda de artesanato e fomentando situações de fome e miséria. Em 31 de dezembro de 2015, o assassinato de Vitor Pinto, criança Kaingang de apenas dois anos, em Imituba (SC), no colo de sua mãe, que vendia artesanato no município, causou grande comoção.

São múltiplos também os casos de segregação em escolas, perseguição e grave desassistência à saúde. Em uma situação extrema de preconceito, crianças e adolescentes de Re Kuju relataram ao GT sofrer discriminação até na hora de se alimentar e escolher seus assentos na escola.

Em Guáira (PR), outra situação emblemática: entre 2012 e 2014, 150 indígenas foram demitidos de seus trabalhos, o que, segundo o relatório “prejudica ainda mais a segurança alimentar das comunidades, dada a situação de confinamento territorial”. Nesse período, o GT aponta que o Ministério Público do Trabalho (MPT) identificou 200 paraguaios trazidos irregularmente para trabalhar nos postos de trabalho dos quais os indígenas foram demitidos.

Criminalização de lideranças e comunidades

Outro padrão verificado pelo GT entre as comunidades indígenas da região Sul é a constante criminalização de lideranças e comunidades indígenas inteiras e uma atuação parcial da Polícia Federal, inclusive interferindo na organização das comunidades indígenas e respaldando ações ilegais, como o arrendamento de terras.

Na aldeia Kandoia (RS), após conflito que resultou na morte de dois não-indígenas, a comunidade inteira foi cerceada, todas as pessoas da comunidade tiveram sua saliva coletada e suas lideranças, sem nenhuma evidência de participação nos crimes, foram presas por mais de um mês. ♦

O relatório pode ser acessado em: http://cimi.org.br/pub/doc/Relatorio_GT_regiao_sul_CNDH_2016.pdf

“É verde aquilo que se pinta de verde”

Em um esforço para compreender “que bicho é esse tal de carbono”, sua lógica e seus mecanismos, povos indígenas e comunidades tradicionais reuniram-se no interior do Acre e denunciaram os impactos que já sentem

Tiago Miotto, enviado a Plácido de Castro (AC)

Em agosto de 2016, o Brasil enviou uma mensagem para o mundo, desde o estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, durante a abertura das Olimpíadas: o aquecimento global está avançando e é necessário um esforço conjunto para barrá-lo; caso contrário, nossa situação será catastrófica.

Alguns dias depois da cerimônia, longe dali, lideranças indígenas, ribeirinhos, extrativistas de diversas regiões do estado do Acre reuniram-se no município de Plácido de Castro, na fronteira boliviana, para discutir um outro aspecto deste tema, menos visível e menos consensual do que se tenta fazer parecer: as violações e as ameaças que os projetos da chamada “economia verde” representam para as vidas, os territórios e a autonomia dos povos da floresta amazônica.

À medida que a discussão sobre o aquecimento global passou a ganhar projeção, nos últimos anos, os Estados e os grandes grupos financeiros internacionais buscaram organizar um sistema que desse conta de transformar a redução das emissões de gás carbônico – o principal gás do efeito estufa e principal componente dos combustíveis fósseis, como petróleo, carvão e gás natural – em algo rentável e sem riscos para os seus negócios.

Sob a ideia de que era preciso “agregar valor” à natureza para que se tornasse viável protegê-la, uma complexa sopa de letras, siglas e conceitos emergiu: Redd, Redd+, PSA, mercado de carbono, serviços ambientais, entre outros elementos que integram a abstrata linguagem da economia verde.

O Acre, conhecido internacionalmente pelas lutas dos seringueiros em defesa da floresta e de seus direitos na década de 1980, possui um sistema legal que é considerado o mais avançado do mundo na implementação desse modelo econômico: o Sisa, sigla para “Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais”, criado a partir de uma lei estadual aprovada em 2010.

A finalidade do Sisa foi criar uma estrutura de leis, regras e órgãos para regulamentar políticas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e de Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação florestal (Redd+), que simulam combater o aquecimento global diminuindo ou evitando as emissões de gases do efeito estufa oriundos do desmatamento.

Embora o Acre seja defendido pelo governo estadual como um exemplo positivo de experiência com a economia verde, diversas organizações vêm denunciando, há alguns anos, as violações decorrentes destes projetos, especialmente em relação à violação de direitos humanos e territoriais e ao cerceamento das críticas à administração que se apresenta como “Governo da Floresta”.

Estas denúncias chegaram à Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca, instituição formada por 40 organizações da sociedade civil brasileira. Em 2013, a relatoria foi ao Acre investigar a situação dos povos e comunidades envolvidos e afetados por projetos

de Redd+ e PSA, e a investigação resultou no relatório “Economia Verde, povos da floresta e territórios: violações de direitos no estado do Acre”.

O estudo, lançado em Rio Branco em setembro de 2015, confirmou muitas das denúncias apresentadas pelas organizações críticas à implementação e ao modelo da economia verde no estado. “O risco de vulnerabilizar ainda mais as populações desprivilegiadas surgiu para esta Relatoria como um fato real e concreto”, aponta o documento, em uma de suas conclusões.

A vulnerabilidade, as diferenças nos modos de vida e de compreensão sobre o que seria o “valor” da floresta, além da desigualdade de condições entre as partes envolvidas nos projetos privados de Redd e no Sisa têm gerado uma série de consequências e preocupações entre as comunidades afetadas, algumas das quais compartilharam seus relatos no encontro em Plácido de Castro, denominado “Nossa terra, nossa vida – Povos das Florestas lutando pela Amazônia Viva”.

“Só vou questionar se eu souber do que eu estou falando”

Em 2014, outro megaevento sediado recentemente pelo Brasil também levantou a questão da “responsabilidade social e ambiental” das empresas e corporações frente à crise climática. Naquele ano, a Federação Internacional de Futebol (Fifa) e o Comitê Organizador Local (COL) da Copa do Mundo anunciaram que estavam compensando todas as emissões de carbono geradas pelo evento.

Denunciadas, à época, por diversas violações de direitos humanos em função dos despejos para a construção das obras, da privatização dos espaços públicos e da repressão às manifestações, os organizadores da Copa do Mundo de 2014 buscaram criar uma imagem favorável em relação ao meio ambiente, com a compensação, por meio da compra de créditos de carbono de projetos locais, de 331 mil toneladas de carbono.

Apesar do alarde da Fifa, A. e R., cujos nomes serão ocultos por segurança, só vieram a saber que sua comunidade às margens do Rio Purus, no município de Miguel Urbano (AC), havia ajudado a limpar a “pegada de carbono” da Copa do Mundo muito tempo depois do megaevento, e por terceiros.

Ambos vivem na comunidade de 18 famílias e cerca de cem pessoas onde foi implementado em 2012 o primeiro dos atuais cinco projetos privados de Redd+ do Acre, o Projeto Purus*. Abordado no relatório sobre economia verde da Plataforma Dhesca, o projeto já foi denunciado por várias violações e, na avaliação dos moradores, além de não ter trazido reais benefícios, tem gerado preocupação e insegurança entre as pessoas do local.

“Como que a gente vai sobreviver sem abrir uma roça? A sensação é de insegurança. Porque hoje, você abre uma roça, broca dois hectares, aí você é multado em 50 mil, 70 mil reais. Onde é que um cidadão que mora lá vai poder pagar isso? É a mesma coisa que dizer: ‘tu vai ter que deixar isso daqui e sumir, porque não tem como a gente sobreviver sem fazer as atividades lá, não teria como’”

* Os outros projetos são: Valparaíso, Russas, Envira e Jurupari.



Um dos problemas é que os moradores desconhecem o teor, a finalidade

Com a chegada dos projetos privados de Redd+, chegaram também pessoas reivindicando a propriedade da área onde a comunidade vive. A empresa Moura & Rosa Empreendimentos Imobiliários Ltda, dos fazendeiros Normando Sales e Wanderley Rosa, é apresentada como proprietária dos 35.169 hectares abrangidos pelo projeto, o qual envolve ainda outras duas empresas privadas.

A comunidade abarcada pelo projeto é formada por ex-seringueiros que, após o declínio do mercado do látex, no fim dos anos 1980, passaram a viver da agricultura e da pecuária de subsistência. A área relativamente isolada – fica a cerca de seis horas de barco da “rua”, ou seja, do acesso à zona urbana mais próxima – é ocupada há muitas décadas pelos posseiros, sem que ninguém, depois da luta contra a exploração dos “patrões” do seringal, reivindicasse ser dono da área.

Em seu documento de concepção, disponível na internet, o Purus é definido como “um projeto de conservação de floresta tropical no Acre” e afirma que “não existe conflito em curso ou não resolvido com as comunidades que vivem na área do Projeto ou ainda com terceiros interessados ou vizinhos da área do projeto”.

A situação, entretanto, é mais complexa. “Ninguém nem sabe mais quem é o dono. A gente ouviu muitas histórias. Uma hora, eles dizem que compraram a terra de dois irmãos, que os caras venderam para eles. Teria um documento de que haviam comprado, só que esse documento nunca apareceu”, conta A..

Eles também relatam que a própria adesão ao projeto, por meio da coleta de assinaturas, foi conflituosa e confusa. Segundo A. e R., foram realizados torneios de futebol, distribuídos “sacolões”, oferecidos cursos e até cultos religiosos com a finalidade de conquistar a população, sem que a ligação destas ações com o projeto de Redd+ ficasse muito clara.



e o funcionamento real do projeto que incide sobre o seu território, e passaram a viver uma situação de insegurança e incerteza

Florestas em pé e mercado voluntário

Os mecanismos de Redd+, apesar de várias experiências em andamento pelo mundo, ainda não são regularizados no comércio oficial de carbono e contam apenas com um mercado voluntário, com potencial para se tornar um nicho rentável e legalizado em breve.

Na avaliação de Winnie Overbeek, coordenador da organização Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (cuja sigla em inglês é WRM), a economia verde aprofunda as desigualdades entre os países do Norte e do Sul, ou seja, entre os países industrializados e centrais no capitalismo global, considerados “ricos” e “desenvolvidos”, e os países, em geral ex-colônias, que ficam na periferia desse sistema. “As empresas transnacionais que se beneficiam deste modelo querem utilizar mecanismos como o Redd para adiar a sua redução absolutamente urgente de emissão de gases de efeito estufa. Só que já existe consenso entre cientistas de que essas emissões de combustíveis fósseis são entre 80-90% responsáveis pela crise climática, e não o desmatamento”.

Nesse contexto, as florestas são vistas como imensos “estoques de carbono” que, como tais, devem ser preservados. Em 2015, por meio do decreto que instituiu a Comissão Nacional para Redd, o governo federal vetou a compensação de emissões de outros países por créditos de carbono de projetos Redd locais, mas mantém em seu horizonte a regulamentação do mercado em nível nacional. Esta proibição também não impede a continuidade de projetos privados e “voluntários”, como o Projeto Purus.

No caso dele, um dos principais problemas é que os moradores desconhecem o teor, a finalidade e o funcionamento real do projeto que incide sobre o seu território, e



passaram a viver uma situação de insegurança e incerteza em relação ao próprio futuro.

Esta situação, além das divisões geradas por uma iniciativa externa e estranha às comunidades, também foi registrada pelo relatório da Plataforma Dhesca nos projetos de Redd+ de Russa e Valparaíso, outras duas experiências privadas de Redd+ no estado do Acre.

“Eu não sei se foi por não entender direito, por ser uma linguagem muito difícil de entender, mas se eu não conheço, eu não posso questionar”, comenta A., explicando a dificuldade da comunidade de compreender o projeto e lutar por seus direitos. “Eu só vou questionar se eu souber do que eu estou falando”.

Os “agentes do desmatamento”

A exemplo do funcionamento de muitas outras propostas de Redd+ no Brasil e no mundo, o Projeto Purus prevê a redução do desmatamento por meio da substituição da cultura de subsistência da população local por outra de “baixo carbono”.

Embora pratiquem uma agricultura rotativa de pequena escala, alternando culturas de arroz, milho e macaxeira e espaço de pasto, a comunidade é apresentada no projeto como “agente de desmatamento” e deve abrir mão de suas pequenas áreas de cultivo para reflorestá-las com açaiçais, em troca de bolsas e outros benefícios, enquanto gera créditos de carbono para comercialização e permite que seus investidores, como a Fifa, vendam uma imagem verde.

As informações recebidas pelos moradores, contudo, são contraditórias. Com a desconfiança da comunidade, os proponentes do projeto sugeriram flexibilizar as restrições ao uso do território. Por outro lado, chegou até a comunidade a informação de que quem abrisse a roça seria multado em valores muito altos. Pela primeira vez, a possibilidade de famílias deixarem o local passou a ser cogitada.

“Como que a gente vai sobreviver sem abrir uma roça? A sensação é de insegurança. Porque hoje, você abre uma roça, broca dois hectares, aí você é multado em 50 mil, 70 mil reais. Onde é que um cidadão que mora lá vai poder pagar isso? É a mesma coisa que dizer: ‘tu vai ter que deixar isso daqui e sumir’, porque não tem como a gente sobreviver sem fazer as atividades lá, não teria como”, lamenta A..

“É uma tortura, né? E as pessoas ficam preocupadas. Será que eu vou abrir uma roça? Será que eu vou ficar pior do que se eu não abrisse?”, questiona. “Eu não quero sair de lá. Eu não me vejo fora de lá, é o meu lugar. E não só meu, mas da comunidade toda”.

O espaço e os territórios dos povos indígenas

Atualmente, ainda não há projetos de mercado de carbono implementados diretamente em terras indígenas no estado. “Na verdade, os povos indígenas aqui no Acre estão passando

por um processo de convencimento para adesão a esse modelo”, explica Lindomar Padilha, missionário do Regional Cimi Amazônia Ocidental (AO), mencionando o processo de formação de lideranças indígenas para serem agentes agroflorestais no contexto do Sisa.

“Como houve experiências ruins com a implementação de projetos de Redd+ entre os Suruí, em Rondônia, e os Munduruku, no Pará, eles estão indo com cautela”, ressalta Lindomar, destacando que a realização desses projetos em terras indígenas é inconstitucional, pois se tratam de territórios de usufruto exclusivo dos povos indígenas e de propriedade da União Federal.

Ainda assim, existem estudos de mensuração do “estoque de carbono” em TIs – ou seja, uma medição para saber a quantas toneladas de carbono

correspondem as árvores existentes nos territórios, o que cria uma base de conhecimento para possíveis futuros projetos.

Para Lindomar, a perda da autonomia territorial e do usufruto exclusivo da terra, decorrentes da privatização dos territórios pelos projetos de Redd+, seriam a primeira, mas não a única consequência destas ações em terras indígenas.

“A ideia de que tudo é mercadoria, tudo é negociável, não faz parte do conceito de natureza dos povos indígenas. A ideia de mercado é uma ideia muito distante, um conceito que os índios não têm. Se você impede os indígenas de fazer o seu roçado tradicional, a sua coivara, daqui a 30 anos as crianças não vão mais saber fazer, porque passaram a vida toda recebendo recurso”, critica o missionário. →

→ **Luta pela terra**

Embora a ideia que se passa do Acre é de que as políticas são avançadas e as questões mais básicas já estão resolvidas, ao menos dez povos indígenas aguardam a demarcação de suas terras tradicionais no Acre.

A última das 26 terras atualmente demarcadas no território deste estado teve seu processo concluído em 2003. Outros 17 territórios, incluídos aí áreas de povos isolados, aguardam estagnados o andamento de seus processos demarcatórios, a maioria deles ainda na fase inicial: há quatro terras sem nenhuma providência tomada pela Funai até agora e há outras nove terras classificadas como “a identificar”, à espera da criação de Grupos de Trabalho que farão os estudos antropológicos para, quando aprovados, posterior publicação do relatório de identificação e delimitação do território.

Uma das terras na situação deste último grupo é a Terra Indígena Jaminawá da Colocação São Paulino, do povo Jaminawá, às margens do Rio Purus, no extremo sul do estado do Amazonas, formalmente no município de Boca do Acre, ainda que mais próxima de Sena Madureira, no Acre. Espremidas em cerca de cinco hectares e pressionadas por fazendeiros e posseiros não-indígenas, as 24 famílias da aldeia Jaminawá lutam pela regularização de seu território tradicional há mais de trinta anos, outro conflito também denunciado no relatório da Plataforma Dhesca.

A demora na demarcação da terra, que teve seu estudo interrompido em 2004, vem agravando os conflitos com os não-indígenas que ocupam a área. Os indígenas chegaram a ficar sem espaço para o plantio de alimentos e até sem acesso à água, ainda que o território tradicional dos Jaminawá seja próximo do Rio Purus e cercado de igarapés.

Em 2012, uma decisão da 1ª Vara Federal do Amazonas determinou a retirada dos invasores que se diziam proprietários de mais de 50 hectares, mantendo apenas os pequenos agricultores, que aguardam a indenização para deixar a área. Em 2014, após investigação do Ministério Público Federal (MPF), outra decisão liminar também determinou a colocação de marcos indicando os limites mínimos do território Jaminawá. Apesar disso, os problemas continuam e a área continua sendo degradada pelos não-indígenas.

“É preciso ver a tira em que nós moramos. É uma tira”, afirma uma liderança da comunidade, não identificada por razões de segurança. “Nós não temos o direito nem de tirar palha de dentro da terra. E eles derrubam alqueires de mata só para crescer capim, para criar boi. Eles dizem: ‘quando nós plantamos capim, a terra tem valor’. E piorou mais quando eles viram as placas colocadas, eles não respeitam e chegaram até a arrancar”.

As situações de ameaças e agressões são constantes. “O que estamos passando é ameaça, estão tentando matar a gente”, relata a liderança ouvida pela reportagem.

Além dos problemas com as terras não regularizadas, há também situações em que terras indígenas não demarcadas por morosidade são loteadas por programas como o Terra Legal, do governo federal, ou situações em que territórios foram demarcados pela metade ou ignorados, em detrimento de interesses governamentais, como no caso das terras dos povos Nukini e Nawa, sobre cujos territórios incide o Parque Serra do Divisor, unidade de conservação localizada na fronteira com o Peru.

Embora a demarcação de terras indígenas seja atribuição do governo federal, Lindomar Padilha afirma que há uma correlação entre a não regularização dos territórios tradicionais e o estabelecimento da economia verde como um paradigma no estado do Acre.

“Você vê que coincide todo o processo com as mesmas datas, está tudo dentro desse conjunto. Esses territórios não são demarcados porque são faixas de terra que poderão ser ocupadas pelos seringueiros,



Outra consequência criticada é a violência da imposição de uma visão de mundo externa aos povos indígenas e às comunidades tradicionais

ribeirinhos, enfim, pelos povos e comunidades tradicionais que acabarem sendo desterritorializados pelos projetos de Redd”, critica o missionário. “São áreas que estão previstas para o reassentamento dos que não aceitem os projetos do governo”.

O bicho carbono

“É verde aquilo que se pinta de verde”, afirmou o jornalista uruguaio Eduardo Galeano, falecido em 2015, ao observar que “sustentável” e “ecológico” passaram a ser palavras de ordem nas peças publicitárias do mundo todo, não necessariamente com algum lastro na realidade.

O professor e pesquisador da Universidade Federal do Acre (Ufac), Elder Andrade de Paula, critica as contradições do modelo que vem sendo implementado no estado do Acre, que convive com projetos de exploração de petróleo e xisto via *fracking* e com o crescimento da pecuária de corte bovino e da exploração madeireira. Esta, ainda que certificada por meio dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis (PMFS), é denunciada pelas comunidades envolvidas e também foi objeto de investigação pela relatoria da plataforma Dhesca.

“Por um lado, a propriedade privada da terra permanece altamente concentrada e, por outro, aquelas áreas formadas pelas unidades de conservação e terras indígenas estão sendo usurpadas sob os véus da economia verde. Ampliar a escala de mercantilização dos bens naturais e intensificar a financeirização da natureza constitui-se no núcleo estruturante dessa arquitetura”, afirma o professor.

Para ele, os mecanismos da economia verde inserem-se em uma lógica de “dupla subalternidade” do

“Por um lado, a propriedade privada da terra permanece altamente concentrada e por outro, aquelas áreas formadas pelas unidades de conservação e terras indígenas estão sendo usurpadas sob os véus da economia verde. Ampliar a escala de mercantilização dos bens naturais e intensificar a financeirização da natureza constitui-se no núcleo estruturante dessa arquitetura”

estado, “tanto em relação aos países capitalistas centrais quanto ao centro mais dinâmico do desenvolvimento capitalista no Brasil”. Assim é que se pode entender porque a pecuária extensiva de corte e a exploração florestal madeireira ditam o ritmo da espoliação em curso. A ‘economia verde’, longe de romper com essa lógica, aprofundou-a”.

Segundo Fabrina Furtado, que assessorou a Relatoria da Plataforma Dhesca que investigou as denúncias sobre a economia verde no Acre (ver entrevista nas páginas seguintes), o governo do estado reagiu ao relatório afirmando que nenhum projeto privado de Redd+ foi, até agora, aprovado pelo Sisa. “Isso já era de conhecimento da Relatoria e não retira a responsabilidade do Estado em torno dos conflitos, ainda mais se consideramos que a existência de projetos de Redd foi incentivada pela criação do Sisa. Além disso, o governo não reconheceu os problemas apontados pelo relatório”, avalia Fabrina.

“Frente à ameaça do aquecimento global, estes projetos não somente significam falsas soluções, como aceleram o processo da destruição da vida na Terra, provocado pela premissa do capitalismo baseado no crescimento ilimitado”, afirma o documento final do encontro realizado em Plácido de Castro.

Além da contradição de não combater o desmatamento e as emissões de carbono onde elas são mais graves, outra consequência bastante criticada desse modelo econômico é a violência da imposição de uma visão de mundo externa aos povos indígenas e às comunidades tradicionais, que se veem cercados por conceitos que não compartilham e, muitas vezes, têm direitos básicos, que deveriam ser garantidos de forma irrestrita, condicionados à adesão a projetos de Redd+.

Figura expressiva de seu povo, Zé Correia Jaminawá falou, no encontro em Plácido de Castro, sobre a importância de “compreender este animal” chamado carbono, para que se possa saber ao certo que bichos são estes que a economia verde inventou e que agora começam a ser oferecidos aos indígenas.

“A primeira coisa que precisamos é compreender esse animal, que bicho é esse tal de carbono”, afirma o Jaminawá. “Não é o governo que financia isso, quem financia é quem polui o mundo, para ter uma desculpa: ‘o que a gente faz para continuar matando as pessoas lentamente? A gente vai lá e diz que quem faz isso é o pessoal que mora na floresta, que queimam’. Isso quando a gente sabe que é eles que tão fazendo essas fábricas para matar não só a gente, mas a eles também”. ♦

O que é feito em nome do clima

A problemática das mudanças climáticas está diretamente relacionada com o objetivo de Estados e do setor privado garantirem a implementação de políticas centradas na lógica mercantil, que geram dominação, exploração e expropriação, é o que afirma a pesquisadora Fabrina Furtado nesta entrevista ao *Porantim*.

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

O aquecimento global é um dos temas mais abordados em diversas áreas de conhecimento e amplamente visibilizado pelos mais diversos meios de comunicação. Pode-se até mesmo dizer que ele é de conhecimento comum e que a população mundial, de modo geral, preocupa-se bastante com seus efeitos. No entanto, é interessante notar que as “soluções” apresentadas para este problema, notadamente sintetizadas no conceito de “economia verde”, não são tão populares. O Acordo de Paris, aprovado em uma Convenção da ONU, em dezembro de 2015, foi, recentemente, validado na Câmara e no Senado brasileiros. Mas o que, de fato, a sociedade brasileira sabe sobre ele, os mecanismos propostos, os objetivos, os interesses, os proponentes, os seus impactos? Segundo Fabrina Furtado, mestre em economia política internacional pela Universidade de Warwick, na Inglaterra, cuja tese de doutorado teve como tema a economia verde, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), “é preciso, primeiro, redefinir o problema, pois a mudança climática tornou-se ‘uma desculpa conveniente para uma variedade de pecados sociais’”. Ela alerta que as soluções apresentadas, na realidade, servem como instrumentos não só de acumulação como também de justificativa moral e cultural do capitalismo, ressalta que a economia verde só é possível pela desigualdade social e, ainda, evidencia quais são as consequências destas políticas para os povos indígenas no Brasil.

Porantim - Você poderia explicar o que significa este conceito “economia verde” e seus principais mecanismos?

Fabrina Furtado - De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a economia verde seria pouco intensiva em carbono, eficiente no uso de recursos naturais e socialmente inclusiva. Mas, trata-se de uma perspectiva que supõe que a crise ecológica pode ser superada através da inovação tecnológica e processual, de instrumentos de mercado, da colaboração e da construção do consenso. Na prática, são políticas mitigadoras que desvinculam a problemática ambiental e as mudanças do clima da estrutura do sistema capitalista a partir de mecanismos como, por exemplo, o do mercado de carbono, o Pagamento de Serviços Ambientais (PSA), a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (Redd), a precificação/valoração da natureza, os ativos verdes... Fala-se até na criação de uma moeda global a partir do carbono.

Porantim - O aquecimento global não é, de fato, uma realidade? Por que algumas organizações da sociedade civil são críticas à economia verde, afirmando que se trata de uma falsa solução?

Fabrina Furtado - A questão central neste debate é o que está sendo feito em nome do clima. Ou seja, como os Estados e o setor privado construíram a pro-



“A economia verde serve como instrumento não só de acumulação como também de justificativa moral e cultural do capitalismo”

blemática ou se apropriam da mesma para garantir a legitimação e implementação de políticas centradas na lógica mercantil, políticas que geram processos de dominação, exploração e expropriação. A “descarbonização” da economia tornou-se a principal palavra de ordem e objetivo de desenvolvimento da nossa era. Questões estruturais da nossa sociedade, como as desigualdades históricas, são reduzidas à problemática ambiental, e esta à climática, às emissões de CO², a números, a abstrações que nos levam a acreditar que a única solução é o mercado. Não apenas em termos da comercialização e financeirização, mas como forma de pensar e garantir o controle territorial e das mentes.

Porantim - Quem são os principais proponentes da economia verde? E quem receberá seus efeitos?

Fabrina Furtado - Além dos governos, os proponentes são do setor privado, grandes organizações e instituições financeiras. Empresas que são alvo de denúncias por práticas predatórias e que, muitas vezes, são diretamente vinculadas ao aquecimento global utilizam-se do discurso da sustentabilidade, ao mesmo tempo em que recusam qualquer forma de controle sobre as suas ações por parte do Estado, e insistem em sua inserção no mercado do clima. Outros agentes importantes são as grandes organizações conservacionistas, como a *Forest Trends*,

a *World Wildlife Fund* (WWF), a *The Nature Conservancy* (TNC) e a *Conservation International* (CI), que têm relações bastante próximas com o Estado e com corporações e conseguem, ao mesmo tempo, ter acesso às comunidades e aos povos tradicionais, vendendo o pacote da “economia verde”. Instituições como o Banco Mundial e o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] também assumem um papel de liderança, participando das negociações, apresentando metodologias de precificação da natureza, gerindo fundos e financiando projetos relacionados ao mercado de carbono e ao Redd+. Os mais prejudicados são as comunidades inseridas nesta lógica.

Porantim - E quais são os impactos da economia verde?

Fabrina Furtado - Ela serve como instrumento não só de acumulação como também de justificativa moral e cultural do capitalismo. Cria-se uma nova “natureza”, externa, independente, sem sujeitos sociais, que precisa ser protegida ou administrada. Transforma-se a maneira como a gente vê as questões ambientais, em direção à reprodução e legitimação do sistema capitalista. Elimina-se a importância do meio ambiente, sua complexidade, interconexão, diversidade e singularidade. As populações que habi- →

→ tam os territórios dos chamados serviços ambientais devem entrar nessa lógica como agentes de proteção ambiental, deixando de realizar práticas muitas vezes ancestrais que, de acordo com este novo paradigma, prejudica “o Planeta”, e passam a receber remuneração por isto. No entanto, a floresta não é um estoque de carbono para as comunidades. Ela é um meio de vida, que contribui inclusive para a construção de suas identidades. Desse modo, ocorre um aprofundamento dos conflitos, a criminalização das práticas tradicionais e a redução do acesso das comunidades ao meio necessário à sua subsistência e convivência. Ocultam-se as verdadeiras causas e os agentes do desmatamento, oculta-se o papel das corporações e do Estado. A economia verde só é possível pelas relações sociais desiguais mas, além disso, ela também as aprofunda.

Porantim - Existe um marco regulatório nacional em relação à implementação da economia verde? E internacionalmente? Se não, como se explica o fato de haver projetos em execução tanto no Brasil como fora dele?

Fabrina Furtado - Em termos de Redd+, existe uma indefinição sobre a relação de Redd com o mercado de carbono e a compensação. No Brasil, o decreto 8.576 publicado em novembro de 2015, que institui a Comissão Nacional para Redd, responsável pela construção da estratégia nacional de Redd proíbe a geração de créditos de carbono de Redd+ e a possibilidade de compensação das emissões de outros países da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas. Este impedimento, no entanto, não elimina os problemas em torno do Redd, nem a existência de outros processos de compensação. O capítulo X do Código Florestal, em especial o artigo 41, por exemplo, inclui o Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) como um instrumento de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, na ordem jurídica nacional. Institui ainda a Cota de Reserva Ambiental (CRA), “título representativo de vegetação nativa” que pode ser comercializado entre produtores que mantêm a reserva legal e os que não a mantêm. Além disso, está ainda em avaliação a criação de um mercado de carbono nacional. Ou seja, o governo brasileiro não tem sido contra a compensação e o mercado de carbono, mas não quer que isso fique nas mãos dos países do Norte global. Quer usar estes mecanismos para o seu próprio benefício. Ao mesmo tempo, também avançam propostas de lei e processos subnacionais em torno do Redd+ e do PSA. Enquanto isso, avançam os projetos: em 2012 a Funai afirmou existir 36 contratos de Redd+ entre indígenas e empresas estrangeiras no Brasil, sendo avaliados pela Advocacia Geral da União (AGU). Mais

recentemente, em resposta a uma demanda feita via Lei de Acesso à Informação, a Funai afirmou que, em 2013, houve uma recomendação da Procuradoria Federal Especializada (PFE) para que o órgão se abstivesse de avaliar contratos de venda de créditos de carbono em terras indígenas e que advertisse os indígenas acerca da insegurança jurídica sobre o tema, até que haja a devida regulamentação do setor, mas indicou a existência de 24 projetos, somente em terras indígenas. Destes, apenas sete são processos registrados na Funai.

Porantim - Qual é a atual situação dos projetos de economia verde no Brasil e no mundo? É verdade que houve a constatação de enormes fraudes em alguns deles?

Fabrina Furtado - Para além das críticas de que o mercado de carbono não reduziu as emissões de CO₂, de que gera lucros para as empresas envolvidas em conflitos ambientais, legitima a poluição e promove

“Questões estruturais da nossa sociedade, como as desigualdades históricas, são reduzidas à problemática ambiental, e esta à climática, às emissões de CO₂, a números, a abstrações que nos levam a acreditar que a única solução é o mercado”

uma despolitização do debate ambiental, denúncias são feitas a respeito de fraudes e corrupção. Além disso, uma análise de projetos privados de Redd no estado do Acre revelou que as empresas proponentes, na sua relação com as comunidades que vivem nos territórios foco dos projetos, manipularam informações, falsificaram assinaturas dos contratos, ameaçaram os agricultores de despejo caso não aceitassem os projetos, colocaram fotos de outras comunidades nos relatórios para garantir a certificação, ofereceram projetos sociais de responsabilidade do Estado que não foram implementados, entre outras estratégias de controle territorial. Em um dos casos, um agricultor informou que o “gestor” do projeto estaria incentivando a comunidade a desmatar mais do que o normal, para aumentar a capacidade de redução das emissões registradas e os créditos vendidos. Houve o caso de um contrato de Redd entre o povo indígena Munduruku, no Pará, e a empresa irlandesa *Celestial Green Venture* em 2011. Por US\$ 4 milhões por ano, durante 30 anos, em troca do

direito de gerar créditos de carbono nos 2,3 milhões de hectares de floresta tropical, a comunidade indígena estaria impedida de executar práticas tradicionais, como a plantação de roça, o corte de árvores, a coleta de frutos e a pesca, necessárias para sua subsistência. O documento também permitia o livre acesso da empresa ao território por outros objetivos para além da observação do cumprimento do contrato. O processo levou o Ministério Público a investigar o caso e o contrato foi anulado. Outra denúncia envolve o povo Cinta-Larga, em Rondônia, e a empresa *Viridor*. O contrato teria sido assinado em 2010 por uma liderança indígena, sem aprovação da comunidade, comprometendo uma área de 2,7 milhões de hectares. O Projeto Carbono Florestal Suruí, localizado na Terra Indígena Sete de Setembro, na região norte de Rondônia, é o primeiro projeto de Redd+ em terras indígenas no Brasil, amplamente utilizado como modelo. Em fevereiro de 2015, doze lideranças do povo Paiter Suruí afirmaram ao então presidente da Funai, Flávio Chiarelli, e à então coordenadora da 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República, Deborah Duprat, que desejavam que o projeto fosse suspenso. Os principais argumentos apresentados foram as graves divisões ocorridas no povo; o não cumprimento das promessas de melhoria de vida da comunidade; o afastamento de lideranças e a centralização da representatividade do povo; e as ameaças a vários Suruí contrários ao projeto. No documento entregue à Funai e à PGR, lideranças indígenas de vários povos de Rondônia, apoiadas por lideranças do Mato Grosso, exigiram a suspensão imediata e o cancelamento do Projeto Suruí. Os problemas de fraude nestes “mercados” não são crimes pontuais a serem resolvidos através de melhores mecanismos de regulação ou reformas, e nem serão superados com uma abordagem jurisdicional ou nacional, e não estão relacionados às transgressões individuais, mas à própria arquitetura do mercado. Portanto, não se trata de “purificá-los”, o que nem seria possível; eles precisam ser eliminados.

Porantim - Existem outras questões específicas que envolvem os povos e as terras indígenas?

Fabrina Furtado - Existe outra questão que é importante levantar, para além dos impactos de projetos específicos. É necessário ressaltar isso porque os defensores de Redd argumentam que a regulamentação e a postura nacional ou jurisdicional, e não de projetos específicos, por pagamento por resultado, evitará os problemas aqui citados. Trata-se da incorporação e transformação de valores indígenas. A temática da mudança climática, em especial, situa os povos indígenas, seus territórios e “recursos” como centrais ao debate. Os territórios indígenas são reconhecidos pela sua contribuição à biodiversidade,

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco
Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios
SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul – Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio
você contribui para o envio do jornal a
diversas comunidades indígenas do país

mas a produção de conhecimento fundamentado no conhecimento científico ocidental, branco e masculino nega os territórios, os povos indígenas e suas representações ao mesmo tempo em que os incorpora aos novos mercados climáticos. As políticas voltadas para o incentivo aos serviços ambientais, fundamentadas em uma concepção da natureza que precisa ser conquistada ou protegida, geram processos de controle sobre os povos indígenas e seus territórios, reproduzindo relações colonialistas. Geram novas relações de poder articuladas com práticas, discursos e políticas centradas em uma racionalidade particular sobre a natureza e o desenvolvimento, ou seja, da floresta como estoque de carbono, da economia de baixo carbono, da redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e Redd+, que situam os povos indígenas novamente em relações desiguais. A definição da problemática ambiental como global e comum a todos oculta os conflitos e transforma os territórios indígenas em territórios comuns, sobre os quais devem ser implementados mecanismos ambientais de gestão, pelo bem da “luta contra a crise climática e a sobrevivência da humanidade”. Seus saberes são, ao mesmo tempo, excluídos e apropriados; os direitos sobre os territórios são negados, enquanto são, junto com os “recursos” materiais e simbólicos, incorporados na lógica mercantil. Estes processos reconfiguram ordenamentos territoriais e desfazem os processos de reconhecimento da autonomia e autodeterminação dos povos, permitindo o controle dos seus territórios. Impõe-se sobre os indígenas a noção de que a natureza requer controle e a gestão de especialistas. Sendo assim, é necessário que os mesmos façam cursos de formação sobre etnodesenvolvimento, gestão ambiental, mudança climática... No Acre, indígenas estão sendo formados para se tornarem agentes agroflorestais, para promover ações de PSA. Esta “gestão” nada mais é que impor aos indígenas uma outra forma de se relacionar com os seus territórios. Aqui cabe ressaltar que na maioria das línguas indígenas não existe a palavra “natureza”. Os conceitos utilizados referem-se às localidades ou nomes específicos. Em alguns casos, existem diferentes nomes para a mesma localidade, dependendo dos aspectos específicos da “teia de vida” no determinado local. O conceito natureza tende a ocultar aspectos que os nomes de localidades explicitam, as interações entre sujeitos e o meio, seus usos e as memórias construídas; memórias que dão significado e valor às determinadas localidades.

Porantim - Na última reunião da ONU sobre mudanças climáticas, em dezembro de 2015, 195 países aprovaram o Acordo de Paris que, teoricamente, pretende diminuir a ameaça do aquecimento global. Qual sua avaliação sobre este Acordo?

Fabrina Furtado - Os que comemoraram os resultados da COP-21, como foi o caso do governo brasileiro, afirmaram a importância de “um histórico acordo mundial contra o aquecimento global”, definindo ações para manter o aumento da temperatura global entre 1,5°C e 2°C. O governo brasileiro ainda comemorou a proposta feita pelo governo e pela União Europeia de criação de um novo mecanismo de mercado, desenhado para permitir que os maiores emissores possam compensar as suas emissões. Como já mencionei, fala-se até mesmo na criação de uma “moeda” global a partir do carbono. Os que criticam, em geral, ressaltam os riscos de uma catástrofe iminente, a falta de recursos financeiros e a necessária transferência de tecnologias para os países do Sul global, além de questionarem as metas de 1,5°C ou 2°C. Mas falta ainda questionar as formas sociais, o diagrama de forças e os mecanismos de poder que estão por trás da construção da crise climática e das soluções sendo propostas. Falta questionar que tipo de sociedade está sendo criada em nome do clima.

Porantim - Que regiões ou áreas são as de maior interesse dos proponentes da economia verde no Brasil?

Fabrina Furtado - A Amazônia, em especial, mas existem projetos e políticas no Brasil inteiro.

Porantim - O Brasil apresentou uma série de metas no Acordo de Paris, como o compromisso de baixar em 80% o desmatamento legal e em 100% o ilegal até 2030, além de restaurar 12 milhões de hectares de florestas. No entanto, o desmatamento vem aumentando drasticamente na Amazônia. Qual o lastro real deste tipo de compromisso?

Fabrina Furtado - A Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida (*Intended Nationally Determined Contributions* – INDC, em sua sigla em inglês) do Brasil, contendo o conjunto de ações que o país deverá adotar para o próximo período de compromisso global, foi apresentada às Nações Unidas, para a Conferência de Paris em outubro de 2015. O Brasil compromete-se a metas ambiciosas, como reduzir as emissões de GEE em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025. Mas continua propondo que isso seja feito através do “desenvolvimento”



“Os territórios indígenas são reconhecidos pela sua contribuição à biodiversidade, mas a produção de conhecimento fundamentado no conhecimento científico ocidental, branco e masculino nega os territórios, os povos indígenas e suas representações ao mesmo tempo em que os incorpora aos novos mercados climáticos”

que privilegia o agronegócio e gera conflitos, injustiças e racismos ambientais, obrigando populações a conviver com os impactos ambientais negativos ou expulsando comunidades dos seus territórios. As políticas são: a produção de agroenergia a partir das monoculturas, que muitas vezes se dá através do trabalho escravo contemporâneo e do desmatamento, além de outros impactos ambientais; medidas de combate ao que o governo chama de desmatamento “ilegal”, legitimando o que seria o desmatamento legal; a restauração e o reflorestamento, que se dão através, por exemplo, de plantações de eucalipto (os desertos verdes) e do chamado manejo sustentável, que também vêm expulsando populações dos seus territórios ou obrigando-as a trabalhar com o corte de madeira ao invés de suas atividades tradicionais, gerando impactos ambientais e privilegiando as madeiras; o fomento a energias “renováveis”, incluindo a energia hídrica, eólica, biomassa e solar, mas inseridas no mesmo sistema excludente de produção; eficiência energética (e não conservação); fortalecimento do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC),

que também privilegia o agronegócio; a promoção de tecnologias chamadas de limpas, de medidas de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono para o setor industrial; e melhorias na eficiência e infraestrutura do setor de transporte. Existem aqui várias questões que podemos levantar.

Porantim - Explique algumas...

Fabrina Furtado - Primeiro, a questão dos dados e do uso que é feito deles. Os indicadores são construídos com base em um modelo de conhecimento caracterizado por desigualdades políticas e culturais e pela distância real do cotidiano dos grupos sociais. Portanto, devem ser relativizados. É importante ressaltar também que, além do desmatamento de “corte raso” da floresta, registrado pelas imagens de satélite, existe o chamado desmatamento oculto, resultante da exploração madeireira que deixa várias árvores em pé e, por isso, é mais difícil de ser detectado. Outro dado importante são as transformações que estão ocorrendo nos territórios. Por exemplo, fala-se que o desmatamento está aumentando nas áreas de assentamentos, mas é importante considerar que fazendeiros estão expulsando os assentados ou se apropriando dos seus territórios, dos mais diversos modos. Os indígenas agora são, por outro lado, apresentados como “guardiões da floresta”, como afirmou recentemente uma representante do Ministério do Meio Ambiente em um evento sobre clima. Qual é o interesse em relação a esta postura? Reconhecer, de fato, que o modo de vida dos povos indígenas se dá na sua relação com o seu território? Não! O objetivo é se apropriar e controlar estes territórios. Como disse uma liderança indígena do Acre: “querem dizer que sou ecologista... eu não sou ecologista, sou Janimawa!”

Porantim - Você diria que a economia verde se insere na perspectiva de aprofundamento do colonialismo de países do Sul Global?

Fabrina Furtado - Sim, você pode perceber a economia verde como uma nova forma de colonização, de apropriação dos “recursos naturais”, dos saberes tradicionais. Além disso, como já mencionado, a construção ocidental, masculina e branca da problemática ambiental exclui o saber popular e tradicional, reforçando percepções sobre a natureza que levam às propostas de mercado e que reproduzem dualidades (natureza versus sujeitos), desigualdades e relações de poder. Definindo a redução das emissões do desmatamento como uma das soluções da mudança climática, que pode compensar as emissões industriais, e apresentando os indígenas como “guardiões da floresta”, mas que precisam do apoio técnico para “gerir” seus próprios territórios, a proposta de Redd+ está inserida na definição do problema, deixando pouco espaço para questionamentos sobre seus riscos. No entanto, cabe fazer uma ressalva. O governo brasileiro e outros países do Sul têm posturas dúbias em relação a isso. Eles afirmam a responsabilidade histórica dos países do Norte devido à secular dominação e expropriação de territórios do Sul para assegurarem seus processos de desenvolvimento, mas continuam com a lógica do “direito ao desenvolvimento”, implementando políticas e projetos que geram profundos conflitos ambientais, inclusive em outros países na África, na Ásia e na América Latina. O Brasil é contra compensação para beneficiar empresas do Norte, mas a favor de compensação para empresas brasileiras?!

Porantim - Em sua opinião, quais seriam as reais soluções para os problemas vinculados ao aquecimento global?

Fabrina Furtado - É preciso, primeiro, redefinir o problema pois a mudança climática tornou-se “uma desculpa conveniente para uma variedade de pecados sociais”. Ela exclui do imaginário não só a possibilidade de políticas e valores diferentes, mas também a perspectiva de considerar o que já existe, práticas que devem ser valorizadas, fortalecidas e promovidas, mas que são deslegitimadas ou caracterizadas como “atrasadas”. ♦

Juventude Indígena se mobiliza pelo direito à terra

Em três eventos diferentes, jovens Tupinambá, Pataxó Hãhãhãe, Pataxó, Xakriabá e Guarani e Kaiowá reverenciam suas culturas, seus anciões e lideranças e firmam compromissos na defesa de seus direitos

Daniela Alarcon, jornalista e antropóloga
Haroldo Heleno, Cimi Regional Leste
Ruy Sposati, Assessoria de Comunicação Cimi

Entre os dias 3 e 5 de junho, cerca de cem jovens realizaram na aldeia Serra do Padeiro (Terra Indígena Tupinambá de Olivença), no sul da Bahia, o Pré-Encontro Geral da Frente da Juventude Tupinambá. Oriundos das comunidades do Acuípe de Baixo, Itapoã, Mamão, Olhos D'água, Olivença, Parque de Olivença, Serra do Padeiro, Tetama, Tamandaré, Tupã e Tucum, os indígenas reuniram-se para debater estratégias de mobilização e fortalecimento da atuação política da juventude, considerando em especial a necessidade de aprofundar seu envolvimento na luta pela terra. A realização do Encontro Geral da Frente da Juventude Tupinambá está prevista para novembro próximo.

No pré-encontro, os jovens Tupinambá debateram graves questões que afetam seus povos (como a criminalização de lideranças), acordaram ações conjuntas e aprovaram um documento final em que expressam seus sonhos, desafios e responsabilidades. "Hoje, nosso maior sonho é a demarcação de nossa terra, processo que já se arrasta há 12 anos, contrariando todos os prazos legais", enfatiza o texto.

Os jovens denunciaram ainda o preconceito contra os povos indígenas; os empreendimentos que impactam negativamente seus territórios, como os areais que se estendem pela terra Tupinambá; e os ataques materializados no Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215 e em outras iniciativas levadas a cabo no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, apresentaram um conjunto de demandas em face do poder público, especialmente em relação à educação.

"Nosso sonho é permanecer sempre na cultura indígena, valorizando-a cada vez mais, respeitando uns aos outros e trabalhando em torno de um só objetivo... Sabemos que, como jovens guerreiros, temos grandes responsabilidades. A maior delas é lutar pela terra e pela garantia de todos os nossos direitos", afirmaram no documento final do encontro.

Bahia e Minas

Na semana seguinte, entre os dias 10 e 12 de junho, foi a vez de cerca de 75 jovens dos povos Tupinambá, Pataxó Hãhãhãe e Pataxó, vindos de várias aldeias do sul e extremo sul da Bahia, e de jovens Xakriabá, oriundos do norte de Minas Gerais, participarem do seminário "Herdeiros da História, Guerreiros da Luta". O evento contou também com a participação de representantes de entidades parceiras, como a Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais



Daniela Alarcon



Arquivo Cimi

“Nosso sonho é permanecer sempre na cultura indígena, valorizando-a cada vez mais, respeitando uns aos outros e trabalhando em torno de um só objetivo...”

(AATR), e de antropólogos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O objetivo principal do seminário foi recolher subsídios e desencadear um processo de reflexão que possibilite elaborar uma estratégia nacional de atuação e apoio voltados para a juventude indígena, a partir das experiências de luta dos jovens destes povos, que estão à frente de processos de reconquista de seus territórios, da segurança alimentar, do meio ambiente e da gestão territorial, avaliando a relevância de sua atuação e identificando demandas para seu fortalecimento e potenciais de disseminação.

Dos trabalhos de grupo, surgiram propostas como a construção de uma agenda comum de luta envolvendo jovens de diferentes povos indígenas; a intensificação do intercâmbio de experiências entre as várias organizações juvenis existentes; e o desenvolvimento de uma ação constante e eficaz contra o processo de criminalização de suas comunidades, dentre outras.

Mato Grosso do Sul

No maior encontro de juventude Kaiowá e Guarani que se tem registro, cerca de 300 indígenas se reuniram entre os dias 21 e 24 de julho no *tekoha* Takuaraty/Yvykuarusu, em Paranhos (MS), fronteira com o Paraguai, para realizar a Retomada da Aty Jovem (RAJ).

Batizada assim por um coletivo de jovens indígenas, a RAJ nasce das grandes assembleias do Aty Guasu Guarani e Kaiowá, e vem ao encontro das últimas mobilizações indígenas na ocupação de seus territórios tradicionais.

Para os não-indígenas, a Aty Jovem parecia uma grande incógnita: 90% das falas foram feitas em Guarani, como de costume nas reuniões do Aty Guasu. Assim, era possível observar, enquanto se aguardava uma síntese em português dos debates, uma harmonia interessante na composição do encontro: rezadoras e rezadores muito velhos - o mais idoso ali tinha 93 anos -, lideranças mais experientes e os jovens todos.

Também era visível que, entre os participantes, estavam filhos, netos e sobrinhos das lideranças assassinadas no contexto da luta pela terra - como, por exemplo, os netos de Nízio Gomes, morto em 2011.

Estavam, também, jovens que redigem as cartas públicas escritas pelas comunidades - como a antológica carta de resistência de Pyelito Kue, de 2012: o jovem que sofreu na pele o que estava ali descrito, e que ajudou a comunidade a detalhar em um pedaço de papel que correu o mundo, estava ali reunido.

Os jovens vivem profundamente a "zona de transição" interétnica entre os Guarani e Kaiowá e os não-indígenas: vão à escola na cidade, trabalham em fazendas e frigoríficos, consomem no comércio local, vão ao banco, hospital, universidade; são professores, agentes de saúde,

Enfrentam o preconceito cotidiano e estrutural, fazem rap, aprendem a rezar para ser *Ñhanderu* e *Ñhandesy*. Mantém-se umbilicalmente ligados ao fermento Kaiowá e Guarani: a retomada dos *tekoha*, os lugares sagrados onde vivem seus antepassados. Este era o tom do encontro: a terra é uma necessidade.

E isto está estampado em fatos trágicos: entre as quase vinte pessoas baleadas nos dois meses anteriores ao encontro, no contexto da luta pela terra, metade eram indígenas com idade entre 12 e 20 anos. As novas retomadas na região de Caarapó são majoritariamente compostas de jovens que, impulsionados por rezadores e parentes antigos, constroem tendas de madeira e resistem ali, mirando a demarcação territorial. Aliás, Clodiody de Souza, assassinado a tiros por fazendeiros no Massacre de Caarapó, era jovem, como lembra a carta final do encontro da RAJ. Eram estes - os filhos daquelas pessoas, os filhos mais novos das terras desejadas - que, reunidos em Paranhos retomaram o movimento de juventude Kaiowá e Guarani do Aty Guasu. ♦

“Uma verdadeira situação pandêmica de suicídios de jovens indígenas”

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

O suicídio entre crianças e jovens indígenas no Brasil foi classificado como pandemia por pesquisa do Programa de Estudos sobre Violência da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso). Divulgado em 30 de junho, o relatório *Violência Letal Contra Crianças e Adolescentes do Brasil* aponta que em ao menos um município, 100% do total de suicídios entre indígenas ocorreu na faixa dos 10 e 19 anos. Dos 17 municípios com número igual ou superior a 10 mil crianças e jovens – critério para o levantamento –, com alta densidade populacional indígena, 327 indígenas acima dos 20 anos se suicidaram entre 2009 e 2013. Desse total, 163 crianças e adolescentes tiraram a própria vida - quase a metade do número final e a maioria em relação às demais faixas etárias reunidas.

O foco do relatório não era a população indígena. No entanto, quando os dados apareceram causaram espanto entre os pesquisadores que decidiram fazer uma amostragem específica. “Vemos nos municípios arrolados que os suicídios na faixa de 10 a 19 anos representam entre 33,3%, em São Gabriel da Cachoeira (AM), e 100%, em Tacuru (MS), do total de suicídios indígenas, verdadeira situação pandêmica de suicídios de jovens indígenas”, destaca trecho do relatório. No Mato Grosso do Sul, a pesquisa aponta 5,2% suicídios de crianças e jovens por 100 mil habitantes. No Amazonas, a taxa é de 4,0%. A mortalidade suicida nestes estados é puxada de forma trágica pelas crianças e jovens indígenas. Esses dois estados são os que mais possuem municípios envolvidos no suicídio entre a faixa etária do estudo.

A pesquisa se debruçou sobre oito municípios do Amazonas e nove do Mato Grosso do Sul, onde os critérios do estudo coadunaram com a alta densidade de populações indígenas. “Os municípios que aparecem nos primeiros lugares nas listas de mortalidade suicida são locais de amplo assentamento de comunidades indígenas, como São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant e Tabatinga (AM); Amambai e Dourados (MS)”, diz trecho do estudo. Dos 74,1% de indígenas que cometeram suicídio em Tabatinga, no Amazonas, entre 2009 e 2013, 50% era



Mato Grosso do Sul e Amazonas são os estados com mais casos de suicídio de crianças e jovens indígenas, segundo a Flacso

de crianças e jovens. Diante do total de suicídios do município, o de crianças e jovens indígenas corresponde a 37%. Nestes municípios amazonenses, a gama de povos é bastante diversa afetando várias destas nações.

No município sul-mato-grossense de Caarapó, onde ocorreu no dia 14 de junho um massacre de fazendeiros contra o *tekoha* - lugar onde se é - Tey'i Jusu, 75% dos suicídios, entre 2009 e 2013, ocorreu entre indígenas. Destes 75%, crianças e jovens entre 10 e 19 anos compõem 55,6%. Diante do total do município, jovens e crianças correspondem a 41,7%. Ainda no MS, em Japorã dos 87% de indígenas que cometeram suicídio, 70% foram de crianças e adolescentes – em relação aos dados gerais de suicídio do município, 60,9%; Ponta Porã teve 71,4% nesta faixa etária, ante 20,6% do total de indígenas e correspondendo a 14,7% de suicídios gerais da cidade. Já a cidade de Paranhos crianças e jovens responderam por 60% dos suicídios de indígenas, equivalendo a 30% de toda a população que tirou a vida entre 2009 e 2013 no município. As cidades sul-mato-grossenses do estudo abarcam quase completamente o povo Guarani e Kaiowá. ♦

Papa reza e pede orações para povos indígenas

Rádio Vaticano e Assessoria de Comunicação do Cimi

Os povos indígenas estiveram no centro da intenção de oração do Papa Francisco no mês de julho. Ao Apostolado da Oração, o Pontífice indicou a seguinte intenção: “Para que os povos indígenas, ameaçados na sua identidade e existência, sejam respeitados”.

Por ocasião da entrega do pálio no dia 29 de junho, o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e arcebispo de Porto Velho (RO), Dom Roque Paloschi, foi recebido pelo Papa Francisco no Vaticano e entregou a ele o relatório *Violência Contra os Povos Indígenas de 2014* e uma carta em que agradece a atenção que o pontífice tem dedicado à questão indígena e comunicou as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas no Brasil.

“Vivemos no Brasil uma situação desesperadora diante do sofrimento dos nossos primeiros habitantes”, afirma Dom Roque em sua carta. “A indiferença, o avanço dos grandes projetos do agronegócio, a construção das grandes hidrelétricas, a mineração, e a devastação do meio ambiente em geral. Isso tudo traz consequências desastrosas aos povos indígenas”.

Em diversas ocasiões, o Papa Francisco se pronunciou em relação à importância do respeito aos povos indígenas e sobre a necessidade de se “procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos”, como escreveu na Encíclica *Laudato Si* (Louvado Sejas), divulgada em junho de 2015 com o tema “Sobre o Cuidado da Casa Comum”.

Em encontros com indígenas na Bolívia, em 2015, e no México, em 2016, Francisco pediu perdão aos povos indígenas, em nome da Igreja, “pelos crimes cometidos contra os povos nativos durante a chamada conquista da América”.



Em encontro com Dom Roque, o Papa Francisco reafirmou o compromisso do Vaticano com as lutas populares

No início de junho, o cardeal Peter Turkson, presidente do Conselho Pontífice de Justiça e Paz do Vaticano, também se pronunciou em carta aos movimentos sociais brasileiros, que se reuniram em Mariana (MG), reafirmando o comprometimento do Vaticano com as lutas populares por Terra, Teto e Trabalho. Conforme lembra o cardeal, o papado de Francisco entende o chamado três “Ts” como direitos sagrados. Turkson se referiu às palavras do Papa ainda para ressaltar que os principais problemas mundiais só serão resolvidos pelas mãos dos humildes, ou seja, pela luta incessante de povos, comunidades e grupos sociais, em união, por uma nova conformação política e social, onde a economia esteja a serviço dos povos e a Mãe Terra seja respeitada. ♦

Pauta Indígena

6/6

- Lideranças Matís ameaçam ocupar Funai se nomeação de servidor for mantida no Vale do Javari

7/6

- Léia Aquino: um adeus à guerreira Kaiowá Guarani

9/6

- Escola Myky inicia Técnico em Agroecologia para garantir sustentabilidade socioeconômica ao povo
- Organizações da América do Sul solidarizam-se com povos indígenas e presos políticos no Brasil

13/6

- Em Assembleia, Cimi Maranhão reafirma luta contra o Matopiba e denuncia assassinatos
- Fazendeiros expulsam Avá Guarani de terra reivindicada como indígena no Paraná

14/6

- Em massacre, Guarani e Kaiowá é assassinado e seis indígenas estão em estado grave

15/6

- OEA aprova Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas

17/6

- MPF denuncia 12 por milícia privada contra indígenas no Mato Grosso do Sul

20/6

- Contra genocídio, indígenas Gamela e Guajajara ocupam rodovias no Maranhão
- III Assembleia dos Povos Indígenas de Goiás e Tocantins: na defesa da vida e contra o Matopiba

22/6

- CNDH denuncia articulação nacional contra indígenas com apoio da mídia e de políticos
- Repam: Diálogo com os povos indígenas em defesa da vida na Amazônia

24/6

- Indígenas do Acre e do sudoeste do Amazonas reivindicam direitos constitucionais em Brasília

28/6

- Sobrevivente do Massacre de Caarapó escapa de emboscada dias depois de deixar hospital

5/7

- Indígenas pedem que países suspendam importação de commodities brasileiras

6/7

- Apyka'i: polícia despeja Guarani e Kaiowá de terra explorada por Bumlai, preso na Lava Jato

8/7

- Juiz manda despejar indígenas de fazenda onde ocorreu massacre, e exige que a Funai faça o serviço
- Povos do Ceará trancam trecho da BR-222, reivindicando demarcações

13/7

- Acampamento Guarani Kaiowá de Kurusu Ambá é atacado a tiros

14/7

- “Onde está escrito que retomada é crime?": o voto separado do deputado Pedro Kemp na CPI do Cimi

24/7

- Indígenas entram com ação na PGR contra novas declarações racistas do deputado Heinze
- Marcas do genocídio que acompanhou a criação do Rio Grande do Sul seguem presentes
- Sabotagem em estrutura deixa indígenas sem água e fazendeiros os impedem de acessar o São Francisco

25/7

- Povo Ka'apor pede providências quanto ao sequestro de jovem por madeireiros

27/7

- Sem conclusão de demarcações, povos da região Sul decidem por retomadas e autodemarcações

29/7

- Indígena Tenetehar/Guajajara morre atropelado por caminhão madeireiro em Amarante do Maranhão

Xakriabá e Akroá na luta pelo território em Goiás

Benedito Prezia, Historiador

Pouco se conhece das lutas dos Xakriabá quando ainda viviam no Tocantins, antiga capitania de Goiás. Aparentado aos Akroá, que no Maranhão foram chamados de Gamelas¹, os Xakriabá eram um dos povos mais guerreiros da região, e impediam a exploração de ouro nos garimpos que surgiam². Essa informação do século XVIII sugere uma ligação deste povo com a família Timbira, como os Krahô, que vivem no Tocantins, e os indígenas agora chamados de Canela, do sul do Maranhão.

Em 1743 o governador de São Paulo foi comunicado de ataques ocorridos contra os povoados de Natividade, Carmo, Chapada, Taboca e Almas. Mais uma vez o paulista Antônio Pires de Campos foi chamado, devido ao fato de que seu batalhão de indígenas Bororo já tinha conseguido conter as agressões de outros povos indígenas em distintas ocasiões. Daquela vez, no entanto, esses milicianos se recusaram a colaborar com tal empreitada, por ser em região muito distante e temerem não mais voltar. Foram, então, convocados aventureiros que aceitaram patrulhar os caminhos e reprimir com violência as investidas indígenas.

Tal medida não deve ter surtido muito efeito, pois em 1751, decorridos oito anos, a presença desses indígenas era sentida de forma contundente, como

escreveu o governador Dom Marcos Noronha a Dom José I, rei de Portugal: “Esta nação [Akroá-Xakriabá] é a mais cruel de todas as que circulam neste sertão, sumamente numerosa e em grande extremo infiel, porque com a mesma facilidade com que se mete em paz, igualmente falta às palavras e torna para o mato a fazer suas hostilidades; pouco ou nenhuma firmeza se pode fazer nas suas promessas porque costumam ser de mui pouco subsistência [perseverança] e só o benefício do tempo e repetidas diligências se poderá conseguir deles algum melhoramento”³.

A correspondência evidencia, portanto, um contraditório conteúdo, pois os portugueses sempre fizeram o mesmo em relação aos tratados de paz com os quais se comprometiam.

Talvez devido à repressão violenta a que foram submetidos, no final daquele mesmo ano, os Xakriabá aceitaram ser aldeados no quartel-aldeamento de São José do Duro, à beira do Rio Formiga. Por sua vez os Akroá foram aldeados a cerca de 10 quilômetros de distância, em Francisco Xavier do Duro, hoje Dianópolis. A pedido do governador, os jesuítas assumiram os trabalhos de catequese, criando missões que duraram poucos anos, pois em 1759 eles foram expulsos do Brasil.

Dois anos antes, em 1757, houve uma saída em massa dos indígenas dessas missões, quando retomaram os ataques contra os povoados da região, como

Natividade, Terras Novas e Remédios. Nessas ocasiões, os estragos eram bem maiores, pois agora os indígenas possuíam armas de fogo.

As expedições repressivas, formadas por moradores da região, continuaram. Os indígenas que se renderam foram transferidos para o aldeamento de São José de Mossâmedes, a cerca de 50 quilômetros da capital da província, Vila Boa de Goiás, onde passaram a conviver com os Kayapó, os Xavante e os Akroá.

Como os garimpos estavam entrando em decadência e acreditava-se que o futuro da região estava na criação de gado e na implantação de lavouras, o rei de Portugal mudou de tática. Nesse sentido, o Marquês de Pombal passou a exigir que o contato fosse amistoso e não violento, já que seria preciso utilizar a mão de obra indígena.

Iniciou-se, então, um novo período de convivência pacífica. Embora aldeados, os Xakriabá não se sentiam bem instalados junto com seus inimigos tradicionais, os Kayapó. Assim, em 1775, foram transferidos para o aldeamento do Rio das Velhas, no Triângulo Mineiro, para combater os Kayapó arredios, que realizavam constantes assaltos no chamado Caminho do Anhanguera, que ligava Goiás à capitania de São Paulo.

Essa transferência foi o início da desestruturação desse povo, que mais tarde foi levado para o norte de Minas, para São João das Missões. Neste solo mineiro, os Xakriabá vivem até hoje e, lá, iniciaram uma nova etapa de suas vidas⁴.

1 In: MURY, Paul, *História de Gabriel Malagrida*, [1756], 1992, p. 87. Segundo esse autor, o nome Gamela, que depois se transformou em Canela, deveu-se ao fato de usarem um botoque (lá chamado de gamela) no lábio inferior e na orelha.

2 MELLO, João Manuel de, Carta para a corte em 1750, RIHGB, v. 84, p. 72. Ap. CHAIM, Marivone, *Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749-1811)*, Nobel, 1983, p. 59.

3 Carta para a Corte, *Manuscrito do Serviço de Documentação do Estado de Goiás-Goiânia (Sdego) - período colonial*, l. 1129, p. 136. Ap. CHAIM, id., ib.

4 Fonte: CHAIM, Marivone Matos, *Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749-1811)*, Nobel, 1983.

